

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Língua Portuguesa – Redação

Aplicação: 12/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

O(A) candidato(a) deve fazer referência às preocupações demonstradas por José Bonifácio, no início do século XIX, em relação à degradação ambiental no Brasil causada pelo desmatamento, pela seca, pela queda da fertilidade do solo e pelo perigo da desertificação causados pelo uso do espaço produtivo pela agropecuária extensiva de baixo nível tecnológico, que dilapida os recursos naturais e compromete sua produtividade no longo prazo.

Deve mostrar que essas mesmas preocupações, sinalizadas há duzentos anos, continuam muito atuais no Brasil: a expansão da fronteira agrícola pelo Centro Oeste e pela Amazônia tem gerado desmatamento, dilapidação do solo e da cobertura vegetal e assoreamento dos rios. Grande parte do espaço rural é aproveitada com técnicas tradicionais de baixo custo e baixa tecnologia, como a queimada para pasto.

Como resultado, o ano de 2024 foi um dos mais severos em termos de seca e de queimadas na Amazônia, no Centro-Oeste e no Sudeste, tendo sido produzidas extensas nuvens de fumaça que cobriram boa parte da América do Sul, detectadas por satélite e perigosamente vivenciadas pela população.

Ao atualizar as preocupações ambientais de José Bonifácio para o século XXI, o(a) candidato(a) deve mencionar a agenda ambiental global, notadamente os desafios das mudanças climáticas e do combate ao desmatamento e à desertificação.

Tendo em mente a responsabilidade do Brasil na organização da COP30, em 2025, sobretudo pelo fato de ser sediada na Amazônia, o(a) candidato(a) deve mencionar esforços da diplomacia ambiental do Brasil, com destaque para a liderança da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e a Rio + 20 (2012).

Serão concedidos pontos adicionais à menção da COP 21, com a adoção do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, e os trabalhos do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), bem como ao papel do Brasil nas discussões sobre florestas.

Também serão consideradas positivamente referências ao INPE e às estatísticas sobre desmatamento e mudanças climáticas. Da mesma forma, menções ao conceito de Antropoceno.

O(a) candidato(a) poderá criticar a agricultura de exportação extensiva de *commodities* sem o devido cuidado ambiental. O(A) candidato(a) poderá, ainda, mencionar a matriz energética limpa do Brasil, com ênfase nas fontes renováveis, como hidrelétrica, eólica e biocombustíveis, mas, por outro lado, mostrar os altos riscos da agropecuária extensiva e predatória de recursos florestais.

Não há necessidade de emprego de termos técnicos, sendo suficiente a demonstração de conhecimento geral sobre o tema, a ser discorrido em linguagem culta e objetiva. Exemplos concretos, inclusive de outros países, serão considerados.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Língua Portuguesa – Resumo

Aplicação: 12/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

O texto traz um percurso da palavra ‘cultura’ quanto a conceitos e significação, destacando, ainda, as épocas em que se verificam as ‘ideias’ mais importantes, suas ligações e implicações com outros aspectos históricos, políticos ou sociais das épocas em destaque. Esse aspecto do percurso que se observa no texto deve ser retomado no resumo como ideia principal, com destaque em parágrafos, a que se ligarão, como ideias secundárias e(ou) terciárias, às implicações da significação e do conceito da palavra cultura a partir de sua base latina nas épocas ou períodos históricos mencionados no texto. Enfim, é importante destacar que há **implicações** dos conceitos/significações no que se refere à palavra em si (como item lexical) e à sua aplicação, à sua simbologia e aos seus desdobramentos na comunidade e(ou) sociedade, como enfatizado pela autora. O candidato deve atentar-se para o fato de que o resumo não se trata apenas de um “corte” de ideias do texto, mas, sobretudo e especialmente, de uma reestruturação de natureza morfossintática, com observação da coesão e coerência do texto-base.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Língua Inglesa – Redação

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Candidates should write a cohesive and coherent text in which they should argue that diplomacy has played an important role in dealing with water-related international conflicts in the past and should continue to play an equally important role in the future.

They may also mention international conflicts born out of tensions concerning transboundary river basins and may give examples, such as the case of the Nile River negotiations between Egypt, Ethiopia and Sudan over the Grand Ethiopian Renaissance Dam.

Candidates should address the issue of how climate change could have a significant impact on water resources and increases water woes around the world, especially in the Global South. They should also address how pollution and human activities constitute a factor of decisive influence over the quality of fresh water supplies available worldwide.

Candidates may argue that, in order to deal with such matters, diplomacy should work together with science for the benefit of all countries involved, taking into consideration environmental and geological issues, as well as issues of other natures.

Another point candidates might bring into discussion is how water is connected with cultural, social and even religious aspects of a nation, and how these elements should be considered when countries work towards trying a diplomatic solution for conflicts.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Língua Inglesa – Tradução

Aplicação: 13/10/2024

### PADRÃO DE RESPOSTA

ENTREVISTADOR: Nessa época, você já havia desenvolvido hábitos regulares de escrita?

McEWAN: Eu começava a trabalhar por volta das nove e meia todas as manhãs. Herdei a ética de trabalho do meu pai – não importava o que ele tivesse feito na noite anterior, ele sempre estava de pé às sete da manhã. Ele nunca faltou um dia de trabalho em quarenta e oito anos no exército. Na década de setenta, eu costumava trabalhar no quarto do meu apartamento, em uma mesinha. Escrevia à mão, com uma caneta-tinteiro. Datilografava um rascunho, corrigia-o à mão e datilografava novamente. Uma vez, paguei um profissional para datilografar uma versão final, mas senti que eu estava deixando de perceber coisas que teria mudado se o tivesse feito eu mesmo. Em meados da década de oitenta, fui um convertido grato aos computadores. Escrever no computador é mais íntimo, mais parecido com o próprio pensamento. Retrospectivamente, a máquina de datilografar parece uma obstrução mecânica grosseira. Gosto da natureza provisória do material não impresso que fica na memória do computador, como um pensamento não falado. Gosto da forma como as frases ou trechos podem ser infinitamente retrabalhados, e da forma como essa máquina fiel lembra de todas as suas pequenas anotações e mensagens para si mesmo. Até, é claro, que ela se emburra e trava.

ENTREVISTADOR: Na introdução de “O Jogo da Imitação” / “The Imitation Game”, você escreve sobre a sua inveja de cineastas ocupados, com suas reuniões urgentes, sempre correndo de táxi para lá e para cá.

McEWAN: Se semana após semana, você não faz nada exceto interagir com fantasmas e ir de sua escrivaninha para sua cama e vice-versa, você deseja algum tipo de trabalho que envolva outras pessoas. Mas, à medida em que tenho envelhecido, tenho me reconciliado mais com os fantasmas, e me tornado um pouco menos interessado em trabalhar com outras pessoas.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Direito – Questão 1

Aplicação: 20/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

1. Espera-se que o(a) candidato(a) aborde os elementos constitutivos do Estado, com menção à Convenção de Montevidéu de 1933, cujo art. 1.º estabelece que “O Estado como pessoa de Direito Internacional deve reunir os seguintes requisitos: população permanente; território determinado; governo; capacidade de entrar em relações com os demais Estados.”

2. Espera-se que o(a) candidato(a) apresente uma reflexão sobre os tradicionais elementos constitutivos do Estado, especialmente se ainda são adequados e atuais, à luz do desenvolvimento do direito internacional e dos novos desafios associados à elevação do nível do mar. Registre-se que não há precedentes de Estados que submergiram completamente, e tampouco respostas definitivas para esta questão jurídica, cabendo ao(à) candidato(a) reconhecer tais fatos.

3. O(A) candidato(a) pode argumentar considerando a possibilidade de continuidade da existência do Estado, como se evidência nos debates em curso na Comissão de Direito Internacional sobre a elevação do nível do mar. Um dos argumentos é de que, uma vez que cumpra com os requisitos para a existência do Estado, este passa a ter personalidade jurídica, com direitos fundamentais, entre os quais o de defender sua integridade e buscar sua preservação. A apresentação de exemplos com os quais se possam fazer analogias (como entidades que, historicamente, perderam seu território, mas mantiveram sua personalidade jurídica, ou mesmo governos em exílio) será valorada.

4. Cabe ao(à) candidato(a) reconhecer que não existe, atualmente, instrumento jurídico internacional específico para a proteção de pessoas deslocadas em razão da elevação do nível do mar.

5. Diante da ausência de regime de proteção específico, espera-se que o(a) candidato(a) reflita sobre o direito internacional aplicável, preferencialmente com análise crítica de suas eventuais limitações. Como exemplo, podem ser citadas normas de direito internacional dos direitos humanos (como o direito à autodeterminação, à vida, entre outros), recordando que os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis. Ainda, é pertinente a discussão sobre a possibilidade de aplicação do princípio do *non-refoulement*, à luz dos precedentes e das discussões em curso no sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

6. Deve ser feita menção ao direito internacional dos refugiados, desde que seja feito o necessário esclarecimento das limitações do regime jurídico atual. A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) não reconhece a mudança do clima ou seus efeitos (elevação do nível do mar) como uma situação desencadeadora de proteção especial. O(A) candidato(a) também pode citar as evoluções no âmbito regional que, embora não sejam vinculantes, passaram a reconhecer os desastres naturais, eventos extremos e a mudança do clima como fatores relevantes no movimento de pessoas. O candidato também pode mencionar o regime jurídico para proteção de apátridas e redução da apatridia.

7. Cabe ao(à) candidato(a) reconhecer que, assim como nas discussões anteriores, não há conclusões definitivas sobre os efeitos da elevação do nível do mar para os limites das zonas marítimas. Desse modo, compete ao(à) candidato(a) apresentar, corretamente, a questão jurídica e os principais argumentos do debate, à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), do costume internacional e do direito internacional geral.

8. A principal questão é se a elevação do nível do mar poderá afetar os limites das zonas marítimas em face de alterações físicas nas linhas de base. Com base em princípios como o da estabilidade jurídica, tem-se avançado a tese segundo a qual os Estados poderão preservar suas linhas de base, ainda que venham a sofrer mudanças físicas em razão da elevação do nível do mar. Tal posição, entretanto, não é consensual, havendo críticas à noção de linhas de base fixas.

9. O(A) candidato(a) pode reconhecer que não há prática estatal suficiente para determinar conclusivamente as consequências jurídicas da elevação do nível do mar para os limites das zonas marítimas. O candidato poderá recorrer ao direito dos tratados, citando, por exemplo, possível prática subsequente dos estados na aplicação da CNUDM. No caso de delimitações marítimas determinadas por um tratado específico, poderá discutir a possibilidade de que a elevação do nível do mar constitua mudança fundamental das circunstâncias, nos termos da Convenção de Viena de Direito dos Tratados.

10. Espera-se que o(a) candidato(a) seja capaz de conectar os três tópicos, reconhecendo que, em todos eles, há questões de direito internacional não respondidas conclusivamente. O candidato poderá aludir aos trabalhos da Comissão de Direito Internacional sobre o tema, bem como as discussões em outros foros e instituições internacionais. Para as quatro questões, são pertinentes argumentos sobre a formação e consolidação do costume internacional; obrigações de cooperação; noções de equidade e justiça, bem como referências ao arcabouço jurídico relativo à mudança do clima e ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (CBDR, no acrônimo em inglês).

A questão busca aferir a capacidade do(a) candidato(a) de apresentar, de forma plausível e lógica, argumentos jurídicos aplicáveis à situação fática nova, que demanda análise crítica de vários conceitos básicos de direito internacional e

conhecimento sólido de suas fontes. Uma boa prova apresentará o direito internacional atual e seus eventuais limites face às consequências da elevação do nível do mar. Será avaliada, portanto, a capacidade do candidato de estabelecer uma tese jurídica e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo. Nesse sentido, embora o(a) candidato(a) possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que resolveram a questão com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

## Referências

Brasil. **Convenção das Nações Unidas de Direito do Mar**. Decreto n.º 99.165/1990. Internet: < [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)>.

Brasil. **Convenção de Montevideo**. Decreto n.º 1.570/1937. Internet: < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

CHINKIN, Christine; BAETENS, Freya (Eds). **Sovereignty, Statehood and State Responsibility**. Cambridge University Press, 2015.

CRAWFORD, James. **The creation of States in international law**. 2. ed. Oxford University Press, 2007.

EVANS, Michael (Ed.). **International Law**. 5. ed. Oxford University Press, 2018.

JÚNIOR, Alberto do Amaral. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Nações Unidas. Comissão de Direito Internacional. **Relatório da 76.ª Sessão (A/76/10)**. Internet: <<https://legal.un.org>>.

Nações Unidas. Comissão de Direito Internacional. **Relatório da 77.ª Sessão (A/77/10)**. Internet em: <<https://legal.un.org>>.

Nações Unidas. Comissão de Direito Internacional. **Relatório da 78.ª Sessão (A/78/10)**. Internet em: <<https://legal.un.org/ilc/reports/2023/english/chp8.pdf>>. Acesso em: 22/9/2024

PARK, Susin. **El cambio climático y el riesgo de apatridia: la situación de los Estados insulares bajos**. ACNUR/UNHCR, 2011.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Direito – Questão 2

Aplicação: 20/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que, ao elaborar o texto, o(a) candidato(a):

1. faça referência aos objetivos do Direito das Gentes, ao seu nascedouro, à busca do convívio harmônico entre os sujeitos de direito internacional, à proscrição jurídica da guerra, ao pacto Briand-Kellogg, da evolução do uso da força para o princípio da solução pacífica de controvérsias.

2. desenvolva uma linha temporal dos avanços e retrocessos na sociedade internacional, mencionando as guerras mundiais, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e das demais organizações internacionais, a regulação do comércio internacional, a dissuasão nuclear, a transição do mundo bilateral ao multilateralismo dos blocos econômicos e das jurisdições internacionais, os órgãos responsáveis pela solução de controvérsias, o mundo pós-pandemia, o recrudescimento do uso da força e as novas ameaças nucleares (*e.g.*).

3. aborde a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 1969, referencial de mundo contido e ordenado por obrigações internacionais, na busca de cooperação e de progresso comum, aludindo ao artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, que dispõe sobre o tratado em conflito com uma norma imperativa de direito internacional geral (*jus cogens*), que prevê “É nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral. Para os fins da presente Convenção, uma norma imperativa de Direito Internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza”.

4. analise a concepção, a abrangência e a efetividade do *jus cogens* e o seu conteúdo de idealização de uma ordem internacional superior, que estabelece como conceito aberto as “convicções comuns da Humanidade” (*e.g.*).

5. desenvolva a ideia de norma de *jus cogens* como “norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza” (*in verbis*), do artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969.

6. formule posicionamentos juridicamente fundamentados acerca da efetividade do *jus cogens*, em corolário à dissertação, adequadamente fundados em argumentos e referências doutrinárias apropriadas. Em especial, avalie se a consideração da proibição do uso da força como norma de *jus cogens* teria efeitos práticos à luz dos conflitos armados atuais.

7. mencione a constante tensão entre as teorias realistas e idealistas, com lateralidade e abrangência, comentando aspectos como a ausência de atividade do Conselho de Segurança das Nações Unidas diante do uso da força ou das graves ameaças à paz e as ações deliberadas dos Estados a solapar a regulação jurídica do comércio internacional em prol do protecionismo (*e.g.*).

8. demonstre raciocínio analítico sobre as transformações do direito internacional em relação à sociedade internacional, com capacidade de organização textual e de síntese de ideias, de modo a que se possa aferir a aptidão discursiva.

9. elenque, sucintamente, os sujeitos e as fontes do direito internacional.

10. apresente argumentos em favor do seu posicionamento acerca da temática objeto de reflexão, ponderando acerca da efetividade e da importância do *jus cogens* diante da crescente beligerância, da escalada do uso da força na ordem mundial e de potencial ou aparente contraste entre a noção do *jus cogens* e a realidade internacional.

## Referências

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. **Teoria geral do direito internacional público**. Curso de direito internacional. Vol. I. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional/Fundação Konrad Adenauer, 2020.

RAMOS, André de Carvalho. Comentários ao Artigo 53. In: Aziz Tuffi Saliba (Org.). **Direito dos Tratados**: comentários à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969). Belo Horizonte: Arraes, 2011.

REZEK, José Francisco. **Direito dos tratados**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

ROBLEDOS, Alonso Gomez. **Le jus cogens international**: sa genèse, sa nature, ses fonctions. Recueil des cours de l'Académie de Droit International de l'Haye, t. 172, 1981, p. 9-217.

RODAS, João Grandino. *Jus cogens* em direito internacional. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. USP, 1974, Vol. LXIX, p. 125-136.



# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Direito – Questão 3

Aplicação: 20/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

1. O(A) candidato(a) deve discorrer sobre o desenvolvimento do direito internacional, ressaltando a evolução de um paradigma precipuamente interestatal, que veio posteriormente a incluir o indivíduo como um sujeito de direitos. Poderá citar como marco desse processo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

2. Espera-se que o(a) candidato(a) mencione o surgimento do direito internacional penal, inicialmente com a criação de tribunais *ad hoc* e, posteriormente, com o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional (TPI).

3. Caberá ao(à) candidato(a) demonstrar compreensão quanto às principais escolas teóricas do direito internacional, como a voluntarista e a jusnaturalista, bem como aos principais fundamentos teóricos que buscam embasar, no direito internacional, a proteção do indivíduo como sujeito de direitos.

4. Espera-se que o(a) candidato(a) inclua referência ao arcabouço normativo referente à prevenção e proibição do genocídio, com menção à Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, concluída no ano de 1948.

5. O(A) candidato(a) deverá demonstrar compreensão acerca da definição do crime de genocídio, da existência de dolo especial como requisito para a sua caracterização e das maneiras em que o dolo especial pode ser demonstrado.

6. Espera-se que o(a) candidato(a) aborde a evolução da jurisprudência da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em relação ao tema, mencionando desde a Opinião Consultiva (citada no enunciado) até os casos mais recentes, de natureza contenciosa, em que a CIJ reconheceu a capacidade de qualquer Estado de acionar sua jurisdição em casos de violação à Convenção de 1948.

7. Espera-se que o(a) candidato(a) discuta a natureza *erga omnes* da proibição do cometimento do genocídio, podendo mencionar também sua consideração como norma de *jus cogens*.

8. O(A) candidato(a) também deverá mencionar, como evolução institucional para a responsabilização do Estado pelo cometimento de genocídio, a criação de tribunais regionais de direitos humanos. O candidato poderá discorrer sobre como tal evolução pode beneficiar indivíduos, ao facilitar seu acesso à justiça internacional.

9. Será importante ao(à) candidato(a) diferenciar a responsabilidade do Estado daquela imputada ao indivíduo por meio de jurisdições internacionais penais. É recomendável que o(a) candidato(a) mencione a possibilidade de que questões sobre genocídio sejam levantadas tanto em tribunais de direitos humanos e na CIJ (responsabilidade do Estado), como também no TPI (responsabilidade do indivíduo), demonstrando conhecimento sobre as diferenças entre cada um deles. Poderá citar exemplos em que a mesma situação foi tratada em mais de um tribunal.

10. O(A) candidato(a) deverá demonstrar compreensão de que a responsabilidade internacional do Estado e aquela relativa ao indivíduo têm naturezas distintas, o que impacta os princípios jurídicos aplicáveis, o nível de prova exigido, a reparação devida, entre outros aspectos. Poderá utilizar tais elementos para discorrer sobre os debates acerca da multiplicação de tribunais internacionais, seus desafios à unidade do direito e as potenciais vantagens para a promoção da justiça e o enfrentamento da impunidade.

Será avaliada, portanto, a capacidade do(a) candidato(a) de estabelecer uma tese jurídica e sustentá-la coerentemente. A qualidade intelectual, acadêmica e formal de cada resposta produzida será considerada na avaliação.

### Referências

ABI-SAAB, Georges. *Humanité et communauté internationale dans la dialectique du droit international*. In: René-Jean Dupuy; AGO, Roberto. **Humanité et droit international**: mélanges René-Jean Dupuy. Paris: Pedone, 1991.

ACCIOLY, Hildebrando. **Tratado de direito internacional público**. 2. ed. Rio de Janeiro: MRE, 1956.

BASSIOUNI, M. Cherif. **Introduction to international criminal law**. 2. ed. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2012.

Brasil. Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio. **Decreto n.º 30.822**, de 6/5/1952. Internet: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

Brasil. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. **Decreto n.º 4.388/2002**. Internet: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick & PELLET, Alain. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 20 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2002.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2002.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A expansão da jurisdição internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Direito – Questão 4

Aplicação: 20/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que, ao desenvolver o texto, o(a) candidato(a):

1. mencione, de forma introdutória, os princípios jurídicos como fontes primárias do direito internacional público, conforme o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (Decreto n.º 19.841/1945): “Artigo 38. 1. A Corte, cuja função é decidir de acordo com o direito internacional as controvérsias que lhe forem submetidas, aplicará: a) as convenções internacionais, quer gerais, quer especiais, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes; b) o costume internacional, como prova de uma prática geral aceita como sendo o direito; c) os princípios gerais de direito reconhecidos pelas Nações civilizadas...”;

2. identifique a fonte estatutária dos princípios gerais do direito internacional público como fruto do humanismo político e dos ditames da consciência pública, a fim de expressar valores basilares de convivência entre os povos;

3. desenvolva cotejo fundamentado entre princípios gerais do direito e princípios gerais de direito internacional público, considerando suas naturezas e denotando semelhanças e diferenças;

4. mencione o artigo 4.º da Constituição Federal de 1988 (CF), cite exemplos de princípios gerais de direito internacional público e os explique, sendo insuficiente a mera repetição mnemônica dos princípios constantes do texto constitucional: “Artigo 4.º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”;

5. sobreleve o *status* normativo concedido ao tema e o seu reconhecimento pelo legislador constituinte nacional a evidenciar o alto valor político e jurídico atribuído ao direito internacional público;

6. comente a previsão constitucional acerca da integração regional latino-americana inserta no parágrafo único do dispositivo constitucional em tela: “Artigo 4.º (...) Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”;

7. considere as implicações jurídicas relativas ao tratamento constitucional acerca da integração regional e dos princípios gerais de direito internacional público no mesmo artigo, a fim de complementar idealmente um texto paradigmático;

8. demonstre domínio dos conceitos basilares e das fontes de direito internacional público, com especial ênfase no Estatuto da Corte Internacional de Justiça, bem como demonstre domínio da terminologia apropriada em relação ao conteúdo desenvolvido na resposta;

9. evidencie sua capacidade analítica na associação entre a fonte de direito internacional público (artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça) e as fontes de direito interno (artigo 4.º da CF);

10. aborde o desenvolvimento do Mercosul e outras iniciativas de integração regional em que o Brasil é parte (ALADI, OTCA, CELAC, UNASUL, e entre outras).

### Referências

BROWNLIE, Ian. **Princípios de Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. (Introdução à edição brasileira de Antônio Augusto Cançado Trindade).

DALLARI, Pedro. **Constituição e Relações Exteriores**. São Paulo: Saraiva, 1994.

GARCIA, Márcio. **Direito das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2022.

LAFER, Celso. **Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAFER, Celso. **Internacionalização dos Direitos Humanos: constituição, Racismo e Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2005.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Constitucional Internacional: uma introdução**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 19. Ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Economia – Questão 1

Aplicação: 19/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

O II PND foi um plano lançado para o quinquênio 1975-1979 e que estabelecia um conjunto de metas e estratégias com o objetivo de enfrentar desafios, tanto no fronte interno quanto no externo, relativos à desaceleração econômica, quanto no fronte externo, relativos à crise monetária derivada do fim do padrão ouro-dólar em 1971, da crise do petróleo e da subsequente desvalorização da moeda americana.

Com forte participação do Estado como planejador, o II PND considerou como prioridades resolver os “gargalos” da economia brasileira e avançar nos setores de bens de capital e de insumos industriais básicos, investir em ciência e tecnologia, necessárias à implantação de novos setores industriais, e melhorar a distribuição regional da indústria e a distribuição de renda.

Procurou ainda a renovação do setor exportador. Este dependia de produtos primários de demanda pouco elástica, e para sua modernização, foram desenhadas formas de indústrias que abastecessem o mercado interno e competissem nos mercados externos. A redução da dependência do petróleo importado foi também uma das principais metas do II PND, devido às consequências de custos e preços relativos no mercado interno.

Para essa transformação, o II PND explicitava ainda a necessidade de que as empresas multinacionais investissem no país. Estas já contavam com a proteção do mercado doméstico, facilidades para captação de recursos externos e estabilidade política para manter seu ingresso. Nesse novo ciclo de expansão, as multinacionais deveriam instalar-se na indústria de bens intermediários e contaram para isso com acesso a oferta de recursos naturais, incentivos fiscais e outras facilidades financeiras internas.

As empresas estatais e as empresas privadas nacionais também participaram desse ciclo de investimentos em associação com as empresas estrangeiras, como preconizava o Plano. Para o sucesso dessa associação, a liquidez internacional jogou papel importante como fonte de financiamento do II PND.

Essa liquidez internacional decorreu da crise econômica do início da década de 1970, que havia reduzido o comércio mundial e o investimento dos países desenvolvidos mesmo estes mantendo taxas de juros baixas devido à situação de recessão. Porém os países exportadores de petróleo tinham grandes saldos em balança comercial que precisavam ser aplicados. Parte desses recursos (conhecidos como petrodólares) foi destinada aos bancos dos países centrais e emprestada a países como o Brasil para financiar o programa de substituição de importações, tendo como demandantes empresas nacionais e multinacionais.

Ademais, o papel da política econômica do governo Geisel no período foi fundamental para tornar atrativas essas fontes de recursos externos. A política de câmbio, crédito, juros e preços públicos, que restringiu o crédito doméstico, induziu os agentes domésticos (públicos e privados) a preferirem o financiamento externo em razão de a taxa de juros doméstica manter-se elevada, tendo motivado as empresas a tomarem empréstimos a uma taxa de juros mais baixa, porém sujeita à flexibilidade.

Na sequência da implantação do plano, as restrições do crédito doméstico, o crescimento da dívida mobiliária e a defasagem na desvalorização cambial reforçaram esse comportamento de captura de recursos externos que acabaram, na mudança da situação internacional, por contribuir para a elevação da dívida externa. Com o segundo choque do petróleo em 1979, a elevação da taxa de juros dos Estados Unidos e a decretação da moratória mexicana em setembro de 1982, ocorreu um redirecionamento dos fluxos de recursos no mercado financeiro internacional.

A situação tomada pelo II PND na elaboração do plano se reverteu e países como o Brasil passaram a ser exportadores líquidos de capitais para pagar os empréstimos contratados então com taxas de juros elevadas. Assim, entre 1964 e 1985 a dívida externa brasileira passou de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 100 bilhões em 1985, e a parte da dívida pública externa bruta triplicara entre 1972 e 1980, o que caracterizou o processo de estatização da dívida externa brasileira.

Em que pese a problemática do financiamento do II PND, seus resultados foram imprescindíveis. Sua implementação gerou saldos na balança comercial, permitiu o aumento das reservas internacionais e a diversificação da matriz industrial brasileira.

#### Referências

II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1974. **PND**, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF)

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980, cap 11. In: **A Ordem do Progresso**, 1990.

CASTRO, Antônio Barros. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. 1985.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso**. Brasília, FUNCEP, 1988.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Economia – Questão 2

Aplicação: 19/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

O PAEG, instituído em 1964, teve por meta estabelecer mudanças importantes na economia brasileira, a fim de preparar o ambiente para os avanços que surgiriam nos anos seguintes. Além da política salarial, as principais políticas podem ser separadas em duas categorias: reformas fiscais e reformas monetário-financeiras.

Entre as reformas fiscais, pode-se mencionar a transformação de impostos cobrados sobre o faturamento da empresa (cobrados “em cascata”) em impostos sobre valor adicionado, ou seja, que incidem apenas sobre o valor agregado pela empresa ao preço do produto. Na primeira reforma fiscal, foram criados o imposto sobre produtos industrializados, federal (IPI), o imposto sobre circulação de mercadorias, estadual (ICM) e o imposto sobre serviços, municipal (ISS). Outra política de cunho fiscal ou segunda reforma fiscal que pode ser mencionada foi a criação de fundos de poupança compulsória, como o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Por fim, a regulamentação dos fundos de participação dos estados e dos municípios, financiados pelo IPI e pelo imposto de renda (federais), conferindo maior controle pela União dos recursos passados a esses entes federativos. Os resultados dessas reformas foram, principalmente, uma maior arrecadação, o que melhorou a situação fiscal do governo e as condições de investimentos (maior poupança, no caso dos fundos, e direcionamento do FPE e do FPM a investimentos).

Já entre as reformas monetário-financeiras, a primeira foi a criação do Banco Central com importância central, uma vez que concentrou quase todas as atividades de autoridade monetária em um único órgão, planejado para agir de maneira relativamente independente. A Lei n.º 4.728/1965, que disciplina o mercado financeiro e de capitais, estabeleceu e diferenciou as diversas instituições do Sistema Financeiro Nacional, como as sociedades de crédito, os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento, entre outros, foi a segunda reforma monetário-financeira. Isso permitiu a modernização do mercado de capitais nacional, atraindo mais investimentos, especialmente estrangeiro, para o financiamento do desenvolvimento que ocorreria nos próximos anos. Um terceiro avanço foi a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que foi criado em 1964 com o intuito específico de avançar o mercado da construção de residências, facilitando o acesso ao financiamento. Composto principalmente pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Caixa Econômica Federal, o sistema inclui outras instituições, como as sociedades de crédito imobiliário. O resultado geral dessas reformas monetário-financeiras, além do já exposto, foi a modernização e o aumento da credibilidade do sistema financeiro no Brasil. Além disso, criaram-se os meios para a implementação das políticas de estabilização que eram necessárias para o desejado combate gradual da inflação naquele momento.

#### Referências

ABREU, M. de P. et al. **A ordem do progresso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

Giambiagi, F. et al. **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011, cap. 3.

LACERDA, A. C. de et al. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, cap. 8.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Economia – Questão 3

Aplicação: 19/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

O investimento internacional pode ser realizado por meio do investimento direto ou do investimento de portfólio. Diferentemente do primeiro, o investimento de portfólio (IP) envolve investidores adquirindo ativos financeiros, como ações, títulos, em outro país para diversificar seus portfólios, porém esses investidores não administram os investimentos ou as empresas nas quais têm participação.

A dinâmica do investimento internacional de portfólio é condicionada tanto por fatores internos (fundamentos macroeconômicos dos países) quanto por fatores externos. Primeiramente, o contexto macroeconômico global joga papel relevante ao criar um ambiente de maior ou menor liquidez global. Nessa direção, as expectativas podem ser influenciadas por decisões de política econômica norte-americanas (decisões sobre a taxa de juros) que podem provocar aperto ou restrições nas condições monetárias e financeiras globais.

Conforme o cenário global, a aversão ao risco torna-se uma variável relevante na determinação dos fluxos de investimento de portfólio, quando os investidores selecionam ativos em moeda estrangeira, suas expectativas consideram o grau de risco de retorno de cada ativo, frente a fatores que podem afetar a taxa de retorno de suas aplicações. Quanto pior o cenário, maior a aversão ao risco, e o investidor internacional pode basear suas decisões no princípio da diversificação de risco (diversificação de portfólio), aumentando o número de receptores nos quais aplicam seus recursos.

Os fluxos de investimento internacional de portfólio têm ainda como determinantes as expectativas quanto ao comportamento futuro das taxas de juros e das taxas de câmbio, uma vez que essas duas variáveis são fundamentais para o cálculo da taxa de retorno do investimento. Diferentemente da taxa de juros do investidor doméstico, a taxa de juros relevante para o investidor internacional (que opera em moeda estrangeira) corresponde à correção da taxa de juros nominal pela variação da taxa de câmbio. Uma desvalorização cambial poderá induzir uma saída de investimento; inversamente, uma expectativa de manutenção do câmbio sobrevalorizado (em programas de estabilização baseados em ancoragem cambial) pode levar à entrada de investimentos.

Outros fatores importantes na determinação dos fluxos de capitais na modalidade portfólio são dados pela perspectiva de crescimento econômico e progresso técnico. Se dois países são semelhantes em dotação de capital, não havendo, portanto, diferencial de taxas de juros, pode ocorrer um movimento internacional de capitais em direção ao país com maior dinamismo econômico (crescimento e progresso técnico).

Incertezas relacionadas a mudanças no aparato regulatório afetam também o investimento de portfólio. A legislação relacionada aos fluxos de capitais (os chamados “controles de capitais”) constitui fator importante para a explicação dos movimentos de capitais, na medida em que a mesma pode afetar o volume e a composição do capital em um país. A regulação de setores chave da economia e o histórico do governo quanto a intervenções na economia, cumprimento de contratos e estabilidade regulatória também são fatores relevantes na decisão sobre a alocação de capitais internacionais.

Eventual impacto indesejável do investimento de portfólio sobre uma determinada economia, como uma saída abrupta de capital, pode resultar em medidas de natureza regulatória para reduzir no futuro a entrada de capitais e atenuar riscos desse capital sobre a estabilidade financeira do país.

Por fim, acrescente-se ainda, como determinante do investimento de portfólio, os custos de transação assumidos por investidores internacionais associados aos custos de obtenção, processamento e armazenamento de informações sobre o funcionamento dos mercados e a realização de transações em outros países.

#### Referências

Krugman e Obstfeld. **Economia Internacional**. 2015.

Gonçalves e Baumann. **A Nova Economia Internacional**. 2005.

Weiss, Maurício Andrade; PRATES, Daniela Magalhães. **Análise teórica e empírica dos determinantes dos fluxos de capitais financeiros para os países em desenvolvimento no contexto da globalização financeira**. Revista Nova Economia. v.27 n.2 p.85-117, 2017.

<https://www.scielo.br/>

IMF. “Uma abordagem integrada para a gestão dos fluxos de capital”. Internet: <<https://www.imf.org/>>.

IMF. “Por que o FMI está atualizando sua visão sobre os fluxos de capitais”. Internet: <<https://www.imf.org/>>.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Economia – Questão 4

Aplicação: 19/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Entre os vários modelos de duopólio, destacam-se os modelos de Cournot e de Stackelberg. Em ambos os modelos, as duas firmas competem em termos de quantidade, ou seja, em termos de quanto cada firma ofertará para, em conjunto, satisfazer a demanda do mercado.

No modelo de Cournot, as firmas produzem um produto homogêneo cujos consumidores determinam o preço que estão dispostos a pagar a partir das quantidades totais a serem adquiridas. O mercado é fechado, no sentido de que o número de firmas não se altera. Os duopolistas decidem quanto produzir simultaneamente, sem coalizão, ou seja, cada uma decide sem saber de antemão quanto a outra produzirá. Todavia, dado que cada firma conhece as estruturas de custo da outra e ambas são firmas racionais, o que uma firma decidir produzir levará em conta que a outra firma seguirá a mesma linha de raciocínio. No duopólio de Cournot, a quantidade ofertada agregada é maior do que seria no caso do monopólio, e o preço, consequentemente, é menor, de modo que o bem-estar da sociedade é maior do que o obtido sob monopólio.

No modelo de Stackelberg, as firmas também produzem um produto homogêneo em um mercado fechado. Nesse modelo, porém, há uma firma que funciona como líder, ou seja, uma firma decidirá quanto produzir antes da outra (seguidora). Obviamente, apesar da clara vantagem de tomar a decisão antes, a firma líder precisa considerar quanto a seguidora produzirá após observar a produção da líder, uma vez que o preço final do produto dependerá do total produzido. Assim, ao mesmo tempo em que a liderança dá mais poder de escolha, também impõe uma restrição de compromisso com a quantidade a ser produzida. No equilíbrio, a firma líder produzirá mais que a seguidora, e o preço de equilíbrio será menor que o preço de monopólio.

Comparando-se os dois modelos, verifica-se que o duopólio de Stackelberg gera um produto agregado maior que o de Cournot, ainda que, para a firma seguidora, a quantidade produzida e o lucro sejam menores. Em termos sociais, o modelo de Stackelberg gera mais bem-estar. Ambos os modelos produzem mais bem-estar que o monopólio, mas menos que a concorrência perfeita. Por fim, cabe lembrar que é necessária informação perfeita no modelo de Stackelberg, pois, caso a firma seguidora não consiga observar a produção da líder, o modelo colapsa em um duopólio de Cournot.

### Referências

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: uma abordagem moderna. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, cap. 28.

Outras comparações podem ser aceitáveis, desde que corretas e com base na teoria correspondente. Formulações matemáticas não são exigidas, mas, se utilizadas, deverão estar corretas.



# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Geografia – Questão 1

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o(a) candidato(a) desenvolva o texto de acordo com os quesitos a seguir:

1. O determinismo, primeiro paradigma a caracterizar a geografia como ciência, busca explicar fenômenos geográficos por meio de relações de causa e efeito, aplicando categorias gerais e princípios de verificabilidade e demonstração. Quando se fala em determinismo na geografia, Friedrich Ratzel é apontado como a principal referência na vasta bibliografia sobre o tema. O determinismo geográfico de Ratzel associa as condições naturais de um lugar com o desenvolvimento dos povos, justificando o expansionismo alemão e foi utilizado para fundamentar a disputa colonial entre as potências europeias e a divisão da África, Ásia, Oceania e América entre estes países, culminando, no século XX, com os dois grandes conflitos mundiais.

2. Friedrich Ratzel propôs que o ambiente natural molda o comportamento humano, introduzindo o conceito de “espaço vital”, que seria “uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais”. O principal resultado da teoria científica de Ratzel é o conceito de “espaço vital” acerca de existência e comportamento do Estado. Sua principal função foi a de justificar a necessidade de crescimento do Estado, pois, como todo organismo vivo, o Estado necessita de um espaço e de recursos para crescer e fortalecer sua existência. O espaço, juntamente com o Estado, é elemento fundamental para compreender a relação dos povos com o meio. Juntos, são dois elementos vistos como dinâmicos, pois o espaço se transforma a partir do momento em que o povo trabalha para fixar-se no território, e o Estado nunca está em repouso.

3. Apesar de sua importância na consolidação da geografia, o determinismo foi criticado por sua visão positivista. As principais críticas ao determinismo na geografia concentram-se em sua visão positivista e racionalista, que é vista como limitada e restritiva. Os críticos argumentam que o determinismo impõe uma perspectiva simplista ao reduzir as interações humanas a meras reações ao ambiente natural, negligenciando a complexidade das interações sociais e culturais. Essa abordagem é criticada por não considerar a influência de fatores históricos, econômicos e culturais no comportamento humano e na organização espacial. Ao focar exclusivamente as condições naturais como moldadoras do comportamento humano, o determinismo falha em capturar a totalidade das dinâmicas geográficas, resultando em uma compreensão parcial e muitas vezes distorcida dos fenômenos geográficos.

4. O possibilismo na geografia, proposto por Vidal de La Blache, entende o homem como um agente ativo que transforma o meio, interagindo com as condições oferecidas pela natureza para satisfazer suas necessidades. Essa visão determina como foco do estudo a superfície da Terra e os fenômenos nela produzidos, integrando diversos fatos que outras ciências analisam separadamente.

5. A geografia humana, dentro dessa abordagem, é vista como o estudo da paisagem, enfatizando a relação homem-natureza, mas sem abordar as relações sociais. La Blache introduziu o conceito de região como base de investigação geográfica, por meio da descrição seletiva para compreender as especificidades e identidades de cada lugar, promovendo um modelo flexível de análise.

6. O conceito de região proposto por La Blache contribui para a flexibilidade na análise geográfica dentro da corrente possibilista ao enfatizar a importância das especificidades e identidades de cada lugar. Em vez de adotar um modelo descritivo rígido, La Blache sugere que a investigação geográfica deve começar pela consideração das formas de civilização, a ação humana e os gêneros de vida de cada região.

7 e 8. Essa abordagem permite que o pesquisador adapte suas análises às características únicas de cada área, utilizando a descrição seletiva dos aspectos mais relevantes para esclarecer os fatores que moldam a paisagem. Assim, o conceito de região possibilita uma leitura mais contextualizada e dinâmica do espaço geográfico, na medida em que valoriza a diversidade e a complexidade dos fenômenos que ocorrem em diferentes lugares. A geografia regional, também conhecida como método regional, é uma corrente da geografia tradicional que se opôs ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Ela se concentra na diferenciação de áreas com base na integração e comparação de fenômenos heterogêneos, em vez de nas relações entre homem

e natureza. Richard Hartshorne, geógrafo norte-americano, destacou a distinção entre ciências nomotéticas (sistemáticas e matematizadas) e idiográficas (empíricas e descritivas). Hartshorne propôs conceitos como área e integração, defendendo a região como o campo empírico, onde se manifestam as inter-relações entre cultura, ambiente e natureza, e considerando-a o método de identificação das diferenciações de áreas.

9. Essa corrente, segundo Richard Hartshorne, promove a integração entre as ciências humanas e as ciências da natureza por meio do conceito de região quando considera a região a materialização das inter-relações entre o homem, a cultura, o ambiente e a natureza, representando a diversidade e a especificidade de diferentes áreas. Ao estudar as diferenciações de áreas e a integração de fenômenos heterogêneos, Hartshorne acredita que a geografia pode unir abordagens nomotéticas (sistemáticas) e idiográficas (empíricas), promovendo uma compreensão mais completa das complexas interações entre fatores naturais e humanos.

10. Apesar de suas diferenças, as três correntes da geografia tradicional compartilham várias semelhanças que revelam um interesse comum em compreender a complexidade das interações entre o homem e o ambiente. Essas semelhanças se manifestam em vários aspectos: primeiramente, todas as correntes investigam a interação entre seres humanos e o ambiente natural, enfatizando a forma como as atividades humanas moldam e são moldadas pelos processos ambientais, adotando um caráter descritivo e de neutralidade. Elas buscam entender fenômenos geográficos de forma lógica e sistemática, empregando métodos rigorosos e teorias estabelecidas para analisar o espaço geográfico. Além disso, as três teorias adotam uma visão eurocêntrica que justifica o colonialismo e a construção de uma divisão que coloca a Europa como centro do mundo e as demais regiões à margem dessa visão. Por fim, essas abordagens valorizam a observação detalhada e a análise, reconhecendo que a compreensão do espaço geográfico depende de um exame minucioso dos dados e das relações espaciais.

Será avaliada a capacidade do candidato de identificar e discutir as principais características das três correntes da geografia tradicional — determinismo, possibilismo e geografia regional — por meio de uma análise comparativa e da explanação das similaridades entre elas.

### Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Ática, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel**: geografia. São Paulo: Editora Ática, 1990.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Geografia – Questão 2

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

1. A maior parte dos incêndios tem origem humana e são, portanto, intencionais, e alguns criminosos, como os provocados por vingança ou desequilíbrio emocional. Os fatores climáticos, como a seca e a velocidade do vento ou o relevo do local, influenciam a sua propagação e determinam os seus efeitos devastadores. Essa situação vem se agravando em muitos estados brasileiros e países sul-americanos.

2. No Brasil, a origem das queimadas no ambiente rural está relacionada ao meio de produção, que tem no manejo do fogo a solução mais rápida e econômica para a geração de renda na agricultura. Há de se considerar, também, os incêndios por causas naturais, como autocombustão da vegetação e incêndios para manejo nos quais se perde o controle da queimada.

3. O período do inverno (junho a setembro) é caracterizado por baixíssimos índices de pluviosidade, umidade e amplitude térmica elevada que favorecem o ressecamento da vegetação, principalmente em maior parte da região Sudeste, na região Norte e na totalidade do Centro-Oeste. Esse período de seca facilita a ocorrência de incêndios em áreas rurais, urbanas e em unidades de conservação, onde a vegetação seca facilmente entra em combustão. A estação seca, entre julho e outubro, concentra 79% das ocorrências de área queimada no Brasil, e setembro responde por um terço do total (33%).

4. A cada ano, uma média de 18,3 milhões de hectares, ou 2,2% do país, são afetados pelo fogo. Nesse contexto, o Cerrado e a Amazônia, que juntos representam a maior parte da área queimada no país, apresentam características e desafios únicos que demandam abordagens específicas. O bioma cuja área mais queimou proporcionalmente nos 39 anos avaliados foi o Pantanal, com 9 milhões de hectares. Embora sejam apenas 4,5% do total nacional, são 59,2% do bioma. Em 2023, foram mais de 600 mil hectares queimados no Pantanal, 97% dos quais ocorreram entre setembro e dezembro. O mês de novembro concentrou 60% do total da área queimada. O Pantanal, também adaptado ao fogo, enfrenta incêndios intensos principalmente devido às secas prolongadas, e, em função das dificuldades de contenção das queimadas, qualquer foco pode gerar impactos significativos na fauna e flora locais.

5. O auge das queimadas ocorre em território brasileiro e em países vizinhos como o Paraguai, Bolívia, Argentina e Peru.

6. Entre 1985 e 2023, 199,1 milhões de hectares foram queimados pelo menos uma vez no Brasil, segundo dados da mais recente Coleção do MapBiomias Fogo sobre a extensão das áreas queimadas no país, representando quase um quarto (23%) do território nacional. Mais de dois terços da área afetada por fogo (68,4%) foi de vegetação nativa; aproximadamente um terço (31,6%) em área antropizada, como pastagem e agricultura. Quase metade (46%) da área queimada está concentrada em três estados: Mato Grosso, Pará e Maranhão e 60% de toda área queimada aconteceu em imóveis privados.

7. As consequências dos incêndios florestais para o meio ambiente são graves: destruição de ecossistemas — as chamas destroem florestas, matagais e campos, o que afeta negativamente os ecossistemas responsáveis por regular o clima, purificar a água e abrigar uma diversidade incrível de vida selvagem —; emissões de gases de efeito estufa — durante as queimadas, grandes quantidades de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases de efeito estufa são liberados na atmosfera, o que contribui para o aquecimento global e as mudanças climáticas; danos à fauna — animais enfrentam mortes e lesões devido às chamas, além da exposição à fumaça, o que prejudica sua saúde respiratória

8. Os eventos de queimadas e incêndios florestais tornam os ambientes impactados mais expostos a subsequentes impactos climáticos e antropogênicos, reduzindo a quantidade de biomassa da floresta e consequentemente os estoques de carbono, além de causar alterações climáticas. A floresta amazônica funciona como uma bomba de água que abastece a atmosfera com o vapor que forma as nuvens e mantém as chuvas. A desregulação das chuvas também impacta todo o país. O Brasil tem 95% da agricultura dependente de chuva. O desmatamento e as queimadas podem afetar o ciclo hidrológico, podendo modificar drasticamente o transporte de umidade fornecido pela floresta para importantes regiões agrícolas do Brasil localizadas no Sul e Sudeste, causando a supressão de chuvas não apenas em regiões brasileiras, mas em outras partes da América do Sul.

9. Durante o período da estação seca, as emissões de origem antropogênica através das queimadas são predominantes, provocando altas concentrações de partículas de aerossóis na atmosfera e a supressão de precipitação. A poluição atmosférica é

medida por tipo e tamanho das partículas que estão no ar. As mais grossas irritam nariz e garganta, as mais finas e os gases tóxicos penetram fundo nas estruturas dos pulmões e chegam até o sangue, espalhando os efeitos danosos pelo corpo. A poluição do ar causa cerca de 7 milhões de mortes por ano no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) *apud* Sousa *et al* (2024). Especialistas já falam em redução da grande conquista que é o aumento da expectativa de vida. A perda de *habitat* e o deslocamento forçado são igualmente preocupantes, em face dos declínios populacionais e conflitos territoriais. A literatura especializada indica que os principais efeitos à saúde humana da poluição atmosférica são problemas oftálmicos, doenças dermatológicas, gastrointestinais, cardiovasculares e pulmonares, além de alguns tipos de câncer. Efeitos sobre o sistema nervoso também podem ocorrer após exposição a altos níveis de monóxido de carbono no ar. Além disso, efeitos indiretos podem ser apontados em decorrência de alterações climáticas provocadas pela poluição do ar. A realização de pesquisas científicas tem focado principalmente os efeitos da poluição do ar sobre as doenças respiratórias, cuja associação é mais fácil de evidenciar.

10. Com a crescente demanda internacional por reduções nas emissões de carbono, controlar o uso indiscriminado de fogo pode ser uma eficiente estratégia para reduzir essas emissões e suas consequências tanto para o meio ambiente quanto para a população. O governo brasileiro se compromete, em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês), a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025 e em 53% até 2030, em relação às emissões de 2005. Assim, o Brasil se compromete com metas graduais mais robustas de redução de emissões de carbono com vistas a alcançar a emissão líquida zero em 2050. Pela NDC ajustada, o país reitera as metas de seu compromisso original de limitar a emissão máxima em 2025 a até 1,32 bi tCO<sub>2</sub> (e bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente) e de até 1,20 bi tCO<sub>2</sub> em 2030. O ajuste da NDC brasileira foi uma das primeiras medidas do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM), composto por 18 ministros. O Brasil tem a meta de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 48% até o próximo ano, mas ainda é incerto se conseguirá atingir esse objetivo com a elevação da ocorrência de queimadas no país. Os impactos no ecossistema são inúmeros, mas são dois os principais: a mudança no comportamento das chuvas e (consequentemente) a mudança do clima em todo o planeta.

## Referências

**Área queimada no Brasil em janeiro aumentou 35 vezes em relação a 2023.** Internet: <[www.brasil.mapbiomas.org](http://www.brasil.mapbiomas.org)>.

**As várias faces dos incêndios no Brasil.** Internet: <[www.jornal.usp.br](http://www.jornal.usp.br)>.

BERNARDES, W. F.; TONELLA, L. H. Análise dos índices de queimadas no estado do Tocantins nos anos de 2018 a 2023 – seus impactos ambientais e medidas coercitivas adotadas pelo estado. *In: Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 7, n.º 15, 2024.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

**Emissão de CO<sub>2</sub> por queimadas na Amazônia cresce 60%.** Internet: <[www.oc.eco.br](http://www.oc.eco.br)>.

**Focos de incêndio pelo país** – Reprodução de imagem/INPE, set./2024. Internet: <[www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com)>.

**INPE, queimadas aumentaram 78% em 2024 no Brasil.** Internet: <[www.cnnbrasil.com.br](http://www.cnnbrasil.com.br)>.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **Queimadas no Brasil** – Relatório de Monitoramento. 2022. Internet: <[www.queimadas.dgi.inpe.br](http://www.queimadas.dgi.inpe.br)>.

MapBiomas. **Relatório Anual de Desmatamento – 2021.** São Paulo, 2022.

MARTINS, Guilherme *et al.* **Dinâmica espaço-temporal das queimadas no Brasil no período de 2003 a 2018.** *In: Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 13, n.º 4, 2020, p. 1558-1569.

MENDES, M. *et al.* Impactos das queimadas sobre a saúde da população humana na Amazônia maranhense/biomass – *burning impact on the human population health in the amazon region from Maranhão.* *In: Revista de Pesquisa em Saúde*, v. 17, n.º 3, 2017.

SOUSA, H. *et al.* Efeitos das queimadas na saúde da população com foco para as doenças pulmonares. *In: Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n.º 5, 2024, p. 3126–3150.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Geografia – Questão 3

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o(a) candidato(a) redija o texto, abordando os aspectos discriminados a seguir:

1. A expansão do agronegócio no Brasil tem sido um dos principais fatores da perda acelerada de vegetação nativa no país. Desde a década de 1980 do século passado, com o aumento da demanda global por *commodities* agrícolas, grandes áreas de florestas e outros biomas nativos têm sido convertidos em terras destinadas à agricultura.

2 e 3. Especialmente para monoculturas, como soja, milho e cana-de-açúcar, além da criação de pastagens para pecuária. Esse processo é particularmente intenso na Amazônia e no Cerrado, biomas que apresentam elevada biodiversidade e importantes para o equilíbrio climático global. A retirada da cobertura vegetal natural reduz a biodiversidade, altera os ciclos hidrológicos, diminui a fertilidade do solo, dificulta a sobrevivência de espécies endêmicas, o que implica perda de patrimônio natural e aumento das emissões de gases de efeito estufa, e contribui para as mudanças climáticas. Para mitigar esses impactos e garantir a sustentabilidade ambiental a longo prazo, é urgente a elaboração de políticas públicas que conciliem a produção agrícola e a preservação ambiental.

4 e 5. A relação entre a territorialização do agronegócio e a concentração fundiária no Brasil é marcada por uma dinâmica de poder e desigualdade. O processo de expansão do agronegócio envolve a ocupação de vastas extensões de terras para a produção em larga escala de *commodities*, como soja, milho, cana-de-açúcar e uma diversidade de produtos primários para a agroindústria e mercado externo, a exemplo o café, o algodão, as frutas tropicais, o trigo, as carnes entre outros produtos. Essa expansão é acompanhada pela aquisição e controle de grandes proprietários rurais, muitas vezes em detrimento de pequenos agricultores e comunidades tradicionais. Como resultado, há um aumento da concentração fundiária, onde poucos detêm grandes parcelas de terra, o que acentua as desigualdades sociais no campo.

6. Esse processo também contribui para o êxodo rural, pois pequenos proprietários são forçados a abandonar suas terras devido à pressão econômica e social exercida pelo agronegócio. Isso, por sua vez, alimenta conflitos agrários, especialmente em regiões onde o agronegócio avança sobre territórios indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e produtores familiares. A concentração fundiária resultante reforça um modelo agrícola que, voltado para o mercado externo, negligencia a agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental, e perpetua um ciclo de desigualdade no campo brasileiro.

7. O conflito entre o agronegócio e a agricultura familiar, no Brasil, evidencia as desigualdades de poder e de distribuição de recursos no campo. O agronegócio, muitas vezes apoiado por políticas governamentais e acesso privilegiado a crédito e tecnologia, gera a concentração fundiária e pressiona os pequenos agricultores a venderem suas terras ou a migrarem para as periferias urbanas. O governo brasileiro tem, historicamente, oferecido incentivos fiscais e subsídios a grandes produtores e indústrias do agronegócio. Essas medidas incluem isenções de impostos e financiamentos a taxas de juros reduzidas, que facilitam o investimento em grandes propriedades e na produção em larga escala. Existem, também, programas específicos voltados para a modernização do agronegócio, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prioriza a infraestrutura rural, e o Plano Safra, que disponibiliza recursos para a produção de *commodities*. Esses programas muitas vezes beneficiam mais os grandes produtores que os pequenos agricultores.

8. Grandes produtores têm acesso a linhas de crédito com condições mais favoráveis, o que lhes permite realizar investimentos significativos em tecnologia e maquinário. Isso aumenta sua competitividade em relação aos pequenos agricultores, que muitas vezes enfrentam dificuldades para obter financiamento. Os bancos e as cooperativas de crédito, geralmente, preferem financiar grandes operações agrícolas, que oferecem menor risco e maior retorno, em detrimento dos pequenos agricultores, que contam com menos garantias.

9. O agronegócio brasileiro tem se beneficiado do acesso a tecnologias avançadas, como sementes geneticamente modificadas, sistemas de irrigação eficientes e técnicas de manejo sustentável. Esses recursos, aliados a uma infraestrutura moderna, potencializam a produtividade das grandes propriedades. Instituições de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) focam inovações que atendem principalmente às demandas do agronegócio. Embora haja esforços para a inclusão da agricultura familiar, a ênfase nas *commodities* geralmente favorece os grandes produtores. Vale ressaltar que

os produtos oriundos do agronegócio e da agricultura familiar são direcionados para mercados diferentes. Enquanto o agronegócio produz *commodities* com o objetivo de exportação, a agricultura familiar tem como base o policultivo, visando ao mercado interno e à alimentação da população nacional.

10. Em contrapartida, a agricultura familiar, responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos que abastece o mercado interno, enfrenta desafios como a falta de apoio técnico, dificuldades de acesso a crédito, e a competição desigual com grandes produtores, sem contar a degradação ambiental, que afeta diretamente as comunidades que dependem da terra para sua subsistência. Esse cenário cria um ambiente de tensão, onde os interesses do agronegócio frequentemente se sobrepõem às necessidades dos pequenos agricultores, gerando conflitos por terra e recursos naturais e ameaçando a sustentabilidade das comunidades rurais.

Será avaliada a capacidade do(da) candidato(a) de analisar e discutir as questões relacionadas à expansão do agronegócio no Brasil, abordando: o impacto da expansão do agronegócio na perda de vegetação nativa, a relação entre a territorialização do agronegócio e a concentração fundiária, e a dinâmica de conflito entre o modelo do agronegócio e a agricultura familiar. O(A) candidato(a) deve demonstrar compreensão dos aspectos sociais, econômicos e ambientais envolvidos nessas questões, utilizando argumentos coerentes e embasados em informações atuais.

### **Referências**

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio e agricultura familiar no Brasil. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24 n.º 1, 2016.

CAMPOS, V. L. de; SOUZA, E. A de. Breve análise da territorialização do agronegócio no Brasil e a situação da agricultura familiar e camponesa. *In: Revista Georaguia*, v. 13, 2023, p. – Edição especial da Travessia à Resiliência.

FERNANDES, Leonardo. Agronegócio é o principal responsável pela perda de vegetação nativa no Brasil, diz estudo. *In: Brasil de Fato*. Brasília (DF).

LIMA, F. V. Territorialização do agronegócio e resistência camponesa. *In: Mercator*, v. 15, n.º 1, 2016, p. 73-86.

**Módulo de degradação da vegetação nativa do Brasil (1986-2021) – versão beta.** Internet: <[www.brasil.mapbiomas.org](http://www.brasil.mapbiomas.org)>.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Geografia – Questão 4

Aplicação: 13/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

1. A intensa urbanização que vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir de 1950, tem sido acompanhada por um processo de metropolização que, segundo o IPEA (2010) *apud* Pereira (2021), consiste em um processo de integração do território a partir de uma cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilha um conjunto de funções de interesse comum. Ou seja, trata-se de uma ocupação urbana contínua, que ultrapassa os limites físicos dos municípios.
2. A expansão horizontal de uma cidade pode fazer com que ela se junte e misture a outro espaço urbano, de modo que seus limites geográficos mal possam ser distinguidos. Esse fenômeno chama-se conurbação. A metropolização completou-se pela conurbação dos núcleos urbanos tradicionais à cidade central, ou seja, a união de várias cidades que funcionam, na prática, como uma única cidade. O território, composto de várias urbanizações, com qualidades distintas de tempo, espaço e processos culturais, tornou-se um território com uma única urbanização em termos físicos, mas contendo inúmeras formas de ocupação urbana.
3. O processo de urbanização brasileiro começou na primeira metade do século XX e intensificou-se a partir de 1950, quando a indústria se tornou o setor mais importante da economia nacional, momento que representa a passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial. Mas foi somente no final da década de 60 que a população urbana superou a rural.
4. O crescimento da economia urbano-industrial e a consequente modernização do Brasil produziram uma divisão territorial do trabalho que subordina o campo à cidade, bem como as cidades menores (com menos recursos, como população, equipamentos urbanos) às maiores. A cidade de São Paulo torna-se, na virada do século XIX para o XX, o mais importante centro econômico do país. A partir do capital oriundo da produção cafeeira e das migrações de brasileiros e estrangeiros para seu território, São Paulo torna-se metrópole e, sendo no século XXI uma cidade mundial, centro urbano financeiro de controle e gestão do território nacional a partir das empresas instaladas em sua região metropolitana.
5. Além do controle sobre o meio rural vizinho, surge uma rede de hierarquização entre as cidades, ou seja, um sistema de relações econômicas e sociais em que umas se subordinam a outras. Ou seja, as cidades não estão isoladas e estabelecem relações entre elas de forma hierárquica, considerando-se a importância e a influência econômica, cultural e social que uma cidade exerce sobre as demais cidades da região.
6. Nas metrópoles em que a indústria teve um papel dominante, a diversificação espacial dos lugares e a desarticulação dos sistemas rodoviários e viários somaram-se às novas questões introduzidas pelo rompimento da relação moradia-trabalho na cidade e na metrópole. Segundo Villaça (2001) *apud* Pereira (2021), o deslocamento dos seres humanos é o mais importante fato determinante da estrutura territorial de nossas metrópoles, sendo suas condições e estrutura resultantes de sua atuação comandadas pelas classes sociais dominantes.
7. Um dos problemas que comprometem um melhor desempenho das atividades econômicas metropolitanas é a baixa capacidade de deslocamento das pessoas e das mercadorias em virtude das condições do sistema de transporte, caracterizado por uma infraestrutura viária deficiente, uma situação precária do transporte público de passageiros e pouca fluidez no tráfego.
8. Tais questões remetem necessariamente ao tipo de ordenamento territorial até então gerado nas metrópoles brasileiras. Além disso, uma urbanização dispersa sem transporte público eficiente é um caminho explosivo, do ponto de vista da qualidade de vida nas metrópoles e aglomerações urbanas. No contexto urbano-metropolitano, os deslocamentos temporários se tornam mais que uma característica da vida metropolitana, passando a ser indicadores dessa articulação e do seu espaço de atividade.
9. Com as ofertas no mercado imobiliário em áreas mais afastadas e desvalorizadas, os trabalhadores pendulares utilizam como estratégia residir nos locais mais acessíveis, percorrendo maiores distâncias para chegar ao município de trabalho, com dependência de sistemas de transporte público de massa como ônibus e metrô.



10. O deslocamento temporário é o movimento que ocorre para fins de trabalho ou estudo com retorno ao município de origem. O que chamamos de mobilidade ou deslocamento pendular está ligado à expansão de uma determinada região que exerce uma influência de centralidade do mercado de trabalho, se referindo às pessoas que se deslocam com certa regularidade para trabalhar ou estudar em algum município que não seja o seu de residência. A oferta de emprego e renda e as maiores possibilidades de melhoria das condições de vida são fatores de atração de migrantes para as regiões metropolitanas.

### **Referências**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. *In: Estudos avançados*, São Paulo, v. 23, n.º 66, 2009.

MELAZZO, Everaldo. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. *In: Mercator*, Fortaleza, v. 12, n.º 2, 2013, p. 29-40 – Edição especial.

PEREIRA, Rafael H. M. *et al.* **Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I**: o uso do transporte coletivo e individual. IPEA, Rio de Janeiro, 2021.

ROMANELLI, Carla; ABIKO, Alex Kenya. **O processo de metropolização no Brasil**. São Paulo, Editora da USP, 2011.

SANTOS, Milton. **Brasil**: território e sociedade. São Paulo, Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Edusp, 2023.



# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita De História Do Brasil – Questão 1

Aplicação: 12/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir:

1. No início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil adotou a neutralidade. A posição foi afirmada pelo Decreto n.º 11.037, de 4 de agosto de 1914, que definia uma série de regras de conduta que tinham a finalidade de manter o país fora da guerra.
2. Em 4 de abril de 1917, o navio brasileiro Paraná foi afundado por um submarino alemão. Alguns dias depois, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha. No final de maio de 1917, mais dois navios brasileiros foram afundados por submarinos alemães: o Tijuca e o Lapa, o que levou, no início de junho, a revogação de decreto que estabelecia a neutralidade brasileira no conflito.
3. Deve-se mencionar que os ataques alemães aos navios brasileiros provocaram várias manifestações populares de protesto no Brasil. Populares atacaram estabelecimentos e propriedades alemães em vários locais, principalmente do Sul e do Sudeste.
4. Deve-se mencionar a imprensa como espaço de debate público e de formação de opinião sobre a Grande Guerra. Foi recorrente nesta o debate sobre as forças beligerantes e o posicionamento do Brasil. Em artigos publicados em jornais e revistas, sobretudo do Rio de Janeiro, “germanófilos” e “aliadófilos” sobressaíam.
5. Deve-se mencionar que a Liga Brasileira pelos Aliados, fundada em março de 1915, foi um grupo pró-Aliado muito importante e atuante. Participaram dela nomes de relevo do meio político e intelectual brasileiro, como Ruy Barbosa, José Veríssimo e Graça Aranha. A Liga organizou várias atividades durante os anos da guerra.
6. No início de 1917, a Alemanha retomou a guerra submarina irrestrita. A nova política de bloqueio alemão deteriorou as relações entre Brasil e Alemanha, porque colocava em risco a vida de marinheiros brasileiros e os interesses comerciais do Brasil.
7. A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, em abril de 1917, contra a Alemanha, deve ser considerada elemento relevante na futura mudança da posição brasileira na guerra, em razão do alinhamento político do Brasil com os americanos.
8. O motivo imediato para a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial foi o torpedeamento do navio mercante Macau, em 18 de outubro de 1917, por um submarino alemão. Pode-se mencionar que, para além desse motivo imediato, uma conjunção de outros motivos internos e externos, levaram a entrada do Brasil no conflito.
9. Pode-se mencionar: a abertura dos portos brasileiros às nações aliadas, o envio de uma missão médica, responsável pela instalação de um hospital brasileiro em Paris, o envio de aviadores navais para treinamento militar na Europa e nos Estados Unidos, a criação da Comissão de Estudos de Operações e Aquisições de Material na França, conhecida como Missão Aché, e o envio de uma missão naval para auxiliar no patrulhamento adjacente à costa ocidental africana — a Divisão Naval de Operações em Guerra (DNOG).
10. Deve-se mencionar que, tendo participado da Primeira Guerra Mundial, o Brasil obteve o direito de participação na Conferência da Paz de Paris, iniciada em 1919. O país participou da Conferência com 3 delegados. A delegação brasileira foi exitosa ao conseguir, mediante o Tratado de Versalhes, estabelecer a venda de navios alemães e austríacos em portos brasileiros por preços simbólicos e obrigar a Alemanha a pagar uma indenização ao Brasil por prejuízos de apreensão de casas de café em portos alemães no início da guerra. Também pode-se mencionar a participação do Brasil na fundação da Liga das Nações.

## **Referências**

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2016.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**: a diplomacia brasileira e as grandes potências. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita De História Do Brasil – Questão 2

Aplicação: 12/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

1. Deve-se explicar do que se trata a “equidistância pragmática” do Governo Vargas, explorando as estratégias usadas pelo Brasil para se beneficiar das tensões internacionais e viabilizar projetos de industrialização do Brasil e modernização das formas armadas.
2. Deverá então ser discutida a entrada dos EUA na guerra a partir do ataque a Pearl Harbor, a declaração de solidariedade do Brasil aos estadunidenses e a represália alemã com o afundamento dos navios brasileiros em nossa costa.
3. Partindo-se para a situação da política interna brasileira, a resposta deverá explorar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a aproximação com o EUA, a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial como fatores desestabilizadores do governo ditatorial varguista. Parte do desgaste do governo varguista surgiu da participação direta do Brasil na derrota do Eixo e pela expansão dos valores liberais democráticos no Ocidente entre 1945-1960.
4. A desestabilização deu espaço para o surgimento de manifestações públicas contra o sistema. O texto deverá então explorar o Manifesto dos Mineiros, publicado em 1943, em defesa da redemocratização do país e final do Estado Novo, o caráter contestatório do Congresso Brasileiro de Escritores, que defendia o final da censura e a redemocratização do país, e a entrevista de José Américo, na qual ele denunciou os interesses de Vargas de se manter no poder.
5. Deve-se, então, abordar os esforços de controle governamental da transição para a democracia. A aprovação da Lei Agamenon Magalhães é uma das principais facetas desse esforço e se tornou a base de toda a organização partidária do Brasil entre 1945 e 1965, instituindo o pluripartidarismo e a exigência da criação de partidos com abrangência nacional.
6. Deve ser tratada a criação dos principais partidos da época, PTB e PSD, de base Varguista, e a UDN, marcadamente formada por opositores ao governo Vargas. Deve-se mencionar, ainda, o retorno do PCB e o lugar da liderança de Luís Carlos Prestes.
7. O lançamento da campanha para eleições presidenciais deverá ser o tópico seguinte a ser desenvolvido. Espera-se a análise da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) como candidato dos críticos ao governo Vargas e da candidatura do general Eurico Gaspar Dutra (PSD, em coligação com PTB), com o compromisso de manutenção de importantes políticas varguistas, como a consolidação das leis trabalhistas.
8. Na sequência, deve-se mostrar que o processo de alternância de poder não estava tão seguro quanto parecia à primeira vista. A ocorrência de manifestações públicas contra o governo Vargas resultou na eclosão do chamado Queremismo, movimento popular, inicialmente autônomo, que defendia a redemocratização com a manutenção de Vargas no poder, visto como forma de se garantirem os direitos trabalhistas formalizados, mas ainda pouco experenciados no Brasil. Importante ser mencionado breve histórico das leis trabalhistas, com destaque para a publicação da CLT, em 1943.
9. Deve-se explicitar, então, a aproximação do governo com o queremismo, o que foi evidenciado pela aproximação do Departamento de Imprensa e Propaganda, que passou a atuar na divulgação e organização da mobilização popular. A resposta deverá apresentar o que foi o DIP e seu papel na legitimação do Estado Novo.
10. Deverão ser descritas as articulações políticas que resultaram na destituição de Vargas. O agravamento da crise se deu, parcialmente, justamente pelo queremismo e o temor que o movimento conseguisse, de fato, impedir a saída imediata de Vargas. As forças armadas foram então mobilizadas e, em finais de outubro de 1945, Vargas foi deposto por golpe militar. As eleições foram realizadas com a vitória de Dutra, candidato da coligação do PTB-PSD.

## Referências

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.

DELGADO, L. ; FERREIRA, J. **O Brasil republicano**. Vol. 3, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita De História Do Brasil – Questão 3

Aplicação: 12/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir:

1. A década de 1920 foi cenário de grandes transformações sociais para a cidade de São Paulo. Pode-se mencionar a urbanização acelerada, a imigração em massa, a repressão policial, a circulação de ideias anarquistas e comunistas, o crescimento do movimento operário e suas greves. O crescimento de São Paulo se deu, como em outras capitais brasileiras, a partir de uma modernização contraditória, marcada pela desigualdade e pela exclusão.

2. A modernização acelerada de São Paulo, impulsionada pelo desenvolvimento econômico ligado ao café, formou uma elite intelectual mais cosmopolita, conectada com o que acontecia na Europa, mas preocupada com as questões brasileiras. Essa elite formava redes de sociabilidade. Havia muitos pontos de efervescência intelectual. O Trianon, onde hoje encontra-se o MASP, era ponto de encontro para atividades sociais e políticas da cidade. A imprensa era local de debates sobre concepções ideológicas, querelas estéticas e manifestos sobre questões contemporâneas. As livrarias também podem ser citadas como ponto de encontro.

3. Na década de 1920, os artistas, atuando como intelectuais, publicavam artigos e manifestos nos jornais e revistas paulistas. Pertencendo predominantemente às classes médias e às elites letradas, iam com frequência ao exterior, sobretudo Europa, onde entravam em contato com novas vanguardas artísticas daqueles países. A geração mais nova de artistas estava consciente dos festejos do centenário da Independência e vinha organizando-se para propor uma renovação estética e política da arte brasileira, com o intuito de romper com o que identificavam como bacharelismos, conservadorismos e academicismos.

4. A Semana de Arte Moderna de São Paulo aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922. O evento foi noticiado nos jornais como festival e contou com artistas de projeção nacional. O evento teve música, conferências, palestras, leituras e exposições. Ela ocorreu concomitantemente aos festejos do primeiro centenário da Independência. Entre seus financiadores estava o cafeicultor Paulo Prado. O público participou diretamente das atividades, ora vaiando, ora aplaudindo os artistas e suas obras. O grupo de 1922 sintetizou ideias e propostas que já tinham sido levantadas em 1917, no contexto da exposição de Anita Malfatti.

5. Sobre as temáticas presentes na Semana de Arte Moderna de 1922, é possível citar: autenticidade, modernidade, universalismo, identidade, progresso nacional, passado e futuro.

6. Sobre as propostas presentes na Semana de Arte Moderna de 1922, é possível citar: crítica à importação de movimentos e teorias artísticas sem mediação; renovação do ambiente artístico e cultural; ruptura com o academicismo; coloquialismo; busca de novas linguagens e expressões estéticas. É possível mencionar ainda que a Semana foi marcada por um espírito de agitação, crítica e renovação artística.

7. Envolveram-se na Semana de Arte Moderna de 1922 escritores, pintores, artistas plásticos, músicos e poetas. Pode-se citar como participantes: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Victor Brecheret, Anita Malfatti, Di Cavalcanti e Vicente do Rego, entre outros.

8. A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um ponto fulcral da experiência modernista brasileira, mas essa experiência deve ser vista como plural. Não existiu apenas o modernismo da Semana de Arte Moderna, mas vários modernismos, anteriores e posteriores ao evento paulista. É possível citar, por exemplo, o modernismo do Rio de Janeiro e modernismos de outros estados e regiões do Brasil, nem sempre mencionados no debate sobre o modernismo brasileiro. Neste sentido, é possível ressaltar a existência de modernismos, no plural, além de apontar essencializações, limites e exclusões na leitura do modernismo brasileiro.

9. A revista Klaxon: mensário de arte moderna foi publicada entre maio de 1922 e janeiro de 1923. Com ela colaboraram muitos artistas que participaram da Semana de Arte Moderna de 1922. Como veículo, ela ajudou a difundir ideias e propostas estéticas que estiveram presentes na Semana de Arte Moderna de 1922, como, por exemplo, a abertura para ideias estrangeiras, mas sem “abrir mão” do elemento nacional. Ela teve projeto gráfico arrojado, contava com correspondentes e foi pioneira publicando manifestos modernos e críticas de cinema.

10. O modernismo brasileiro vai correr em muitas direções, fases, vertentes e publicações após a Semana de Arte Moderna de 1922. Esses desdobramentos também podem ser encarados como “outros modernismos”. Os próprios participantes de 1922 vão voltar ao evento, interpretando-o e reinterpretando-o, e ao fazer isso, imprimem uma releitura de suas próprias propostas de modernismo. Pode-se citar que, em 1928, a Revista de Antropofagia publicou o “Manifesto antropófago”, de Oswald de Andrade. O mesmo se dá com a polarização passadistas/modernistas e com o movimento pau-Brasil.

### **Referências**

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2022.

JARDIM, Eduardo. **Eu sou trezentos. Mário de Andrade: vida e obra**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2018.

JARDIM, Eduardo. **A brasilidade modernista sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Ponteio, 2016.

REZENDE, Neide. **A semana de arte moderna**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Petrópolis: KBR, 2015.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita De História Do Brasil – Questão 4

Aplicação: 12/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

1. A resposta deverá iniciar apresentando a política econômica de JK como comprometida com o desenvolvimento do país a partir de plano pré-estabelecido e de investimentos públicos. Ao longo da campanha, JK apresentou sua proposta de governo orientada pelo plano de metas, dividido em 30 metas. Brasília seria incluída como 31ª meta, ou meta-síntese.
2. O texto deverá apresentar o plano de metas como planejamento quinquenal e organizado a partir de cinco setores entendido como prioritários: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. O plano previa o investimento público direto, majoritariamente, nos setores de energia e transporte, enquanto buscou estimular a participação de financiamento privado nas demais áreas.
3. Em consonância com a proposta desenvolvimentista, a modernização da educação foi apontada como um dos setores essenciais do Plano de Metas. Tal modernização se daria, principalmente, a partir da criação de cursos técnicos que capacitassem os futuros trabalhadores.
4. A construção de Brasília foi compreendida como diretamente vinculada aos 5 eixos principais do Plano de Metas, daí ser compreendida por meta-síntese. Juscelino usou a previsão constitucional como primeira justificativa para a proposição da construção de Brasília e enfatizou sua importância para a integração nacional. Além disso, articulou com sua proposta de desenvolvimento acelerado do país, cuja grandeza se projetava para o futuro, sintetizado no slogan "50 anos em 5". Desta forma, Brasília seria a projeção do país que seu governo pretendia estabelecer.
5. A concentração da população e dos principais centros econômicos do Brasil no litoral era um dado discutido de longa data. A transferência da capital para o centro do Brasil foi vista, desde o período Imperial, como medida para minimizar as diferenças regionais e a proposição do deslocamento do eixo de desenvolvimento do litoral para o interior do país. O deslocamento da capital para o centro do país exigiria a ampliação e interiorização da rede rodoviária, estimularia a indústria nacional, abriria novas fronteiras agrícolas e estimularia a criação de indústrias.
6. A resposta deverá, então, explorar os meios de financiamento do Plano de Metas e abordar o financiamento público com investimentos do Estado a partir de fundos de vinculação orçamentárias usados em investimento nos setores de energia, transporte e algumas indústrias de base.
7. O capital privado foi estimulado, principalmente, por financiamento do BNDE e do Branco do Brasil com prazos longos e juros baixos. Quanto ao estímulo ao capital estrangeiro para investimento direto, foi por meio de câmbio favorável na compra de bens de produção, proteção à indústria nacional com restrição de importações e concessão de subsídios.
8. A emissão de moeda para o uso no financiamento do desenvolvimento nacional acarretou significativo aumento inflacionário no Brasil, que duplicou entre 1956 e 1961. Além disso, a dívida externa brasileira foi ampliada em, aproximadamente, 500 milhões de dólares.
9. Foi desenvolvido, então, o Plano de Estabilização Monetária (PEM), com o objetivo de estabilização monetária em combate à inflação, em observação às orientações traçadas pelo FMI, em detrimento do crescimento econômico. Ao final, JK decidiu dar continuidade à execução do Plano de Metas e saiu do PEM.
10. Uma das consequências de ter abandonado o PEM foi o fracasso das tratativas estabelecidas com o FMI, com o objetivo da concessão de empréstimo de US\$ 300 milhões de dólares para o Brasil, negociadas a partir de 1957. O condicionamento do empréstimo à adesão do Brasil a novo plano de ajuste fiscal resultou no rompimento com o FMI, em 1959.

## Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A política econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2007.

GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. **As relações Brasil-CEPAL**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

KUBITSCHEK, J. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.

LAFER, C. **JK e o programa de metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.



# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Política Internacional – Questão 1

Aplicação: 19/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o(a) candidato(a) redija sua resposta considerando os aspectos a seguir.

Primeiramente, deverá apontar que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), aberta à assinatura na Rio-92, estabelece as bases para o funcionamento do sistema geral de governança do clima, tais como: objetivo e princípios orientadores do regime de mudanças climáticas da ONU; instituições centrais do regime, incluindo a Conferência das Partes (ou COP), realizada anualmente; e um sistema de relatórios e revisão. É necessário demonstrar conhecimento sobre o conteúdo da referida convenção, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento — com base no princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” — da obrigação de países desenvolvidos de tomar a dianteira nos esforços para a redução das emissões de CO<sub>2</sub>, bem como de fornecer recursos financeiros e tecnológicos para ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento.

O(a) candidato(a) deverá ainda mencionar pelo menos dois outros marcos do regime: o Protocolo de Quioto, adotado em 1997, que estabelecia compromissos para as partes do Anexo I da UNFCCC para o período de 2008 a 2012; e o Acordo de Paris, adotado em 2015, que introduziu a meta de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2° C, com esforços para limitá-lo a 1,5° C, em relação aos níveis pré-industriais. Além disso, o Acordo de Paris traz o objetivo de aumentar as capacidades de adaptação e resiliência e de mobilizar recursos financeiros para ações de mitigação e adaptação. Espera-se que o(a) candidato(a) identifique que o Acordo de Paris introduziu a obrigação, tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento, de apresentar periodicamente “Contribuições Nacionalmente Determinadas” (NDC), ressaltando que a NDC de cada país é definida de forma soberana e de acordo com sua realidade nacional. Além disso, espera-se que indique que o regime estabeleceu ciclos para apresentação das NDC, intercalados por um “balanço global” da implementação das metas do Acordo de Paris, cujo primeiro exercício foi realizado na COP28 (Dubai, Emirados Árabes Unidos, 2023). O(a) candidato(a) deverá esclarecer que, ao longo da construção desse regime, o Brasil desempenhou um papel propositivo e construtivo nas negociações climáticas, especialmente na busca por consensos e na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento (inclusive a promoção do “desenvolvimento sustentável” e do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”), além de sua contribuição ao sediar eventos da magnitude da Rio-92 e da Rio+20.

Em seguida, o(a) candidato(a) deverá indicar que, atualmente, a governança climática é caracterizada por crescente senso de urgência em relação à crise climática, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios para lograr mobilização política e ação global coordenada de enfrentamento ao aquecimento global. Deverá mencionar desafios como: variação na efetiva implementação pelos países de suas NDC atuais; expectativa de que os países assumam NDC mais ambiciosas em 2025, na nova rodada de apresentação de compromissos prevista no regime, visando ao horizonte de 2035; lacuna existente entre demanda e disponibilidade de recursos financeiros para apoiar países em desenvolvimento; descumprimento dos compromissos de financiamento climático por parte dos países desenvolvidos, conforme o Acordo de Paris; necessidade de adequações na arquitetura de governança financeira global para responder à crise climática; predominância de ações voltadas à mitigação, com menor atenção para agendas que interessam aos países em desenvolvimento, como adaptação, financiamento climático (envolvendo fundos e diferentes tipos de mecanismos financeiros para apoiar os países na transição climática e no combate a seus efeitos), transferência de tecnologia e cooperação internacional; e desinformação sobre as mudanças climáticas e negacionismo científico.

Espera-se que o(a) candidato(a) aponte também que, apesar dos desafios enfrentados, a COP28 obteve resultados significativos da perspectiva brasileira: foi realizado o primeiro “balanço global” sob o Acordo de Paris, que identificou progressos, mas também lacunas na implementação de compromissos climáticos, principalmente por parte de países desenvolvidos em relação aos cortes de emissões e às suas obrigações financeiras; abordou-se, pela primeira vez de forma explícita, o tema de combustíveis fósseis, estabelecendo-se objetivos globais para a transformação de sistemas energéticos rumo à neutralidade climática até 2050; e foi aprovado o fundo de perdas e danos, que trata dos impactos da mudança do clima. Refletindo proposta brasileira, a COP28 lançou o Mapa do Caminho para a Missão 1.5, com o objetivo de estimular nova rodada de NDC mais ambiciosas. Espera-se que o(a) candidato(a) mencione que o Brasil considera a COP29, a ser realizada em novembro de 2024 no Azerbaijão, como uma oportunidade significativa para os países em desenvolvimento, pois espera a definição da “Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático”.

O(a) candidato(a) deverá explicar que a política externa do Brasil nas áreas de clima e desenvolvimento busca assegurar, externamente, as condições e os recursos necessários para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável do País, nas vertentes econômica, social e ambiental, em sinergia com a promoção da Agenda 2030. Os objetivos brasileiros nas

negociações climáticas incluem: busca por liderança regional e global, promovendo iniciativas que reflitam suas capacidades e responsabilidades, especialmente em relação à Amazônia, e oferecendo-se para sediar a COP30, em 2025; compromisso com a redução de emissões, alinhando suas metas às exigências do Acordo de Paris e enfatizando a importância de combate ao desmatamento (principal fonte de emissão brasileira) e de conservação das florestas, com apoio, por exemplo, do Fundo Amazônia (reativado em 2023) e com atenção a biomas sensíveis do Cerrado e do Pantanal; defesa da ampliação do financiamento climático, público e privado, para países em desenvolvimento; promoção da pauta de transferência de tecnologia; e implementação de políticas públicas para enfrentar a mudança do clima, combater o desmatamento e preservar as florestas. Deverá mencionar que o Brasil busca avançar em iniciativas domésticas dedicadas ao combate às mudanças climáticas e aos eventos extremos, como a elaboração de um Plano Clima que oriente e impulse a mitigação e a adaptação no país até 2035. Os setores contemplados incluirão: uso da terra e florestas (abrangendo o desmatamento); agricultura e agropecuária (com foco em práticas de baixo carbono, tema particularmente relevante para um país que é grande produtor e exportador desses setores); cidades e mobilidade urbana; energia; indústrias; resíduos e transportes. Além disso, é importante mencionar que, durante a presidência brasileira do G20, a pauta ambiental e climática está sendo uma prioridade e tem sido abordada de maneira transversal nos grupos de trabalho.

O(a) candidato(a) deverá demonstrar conhecimento sobre o conceito de transição energética, ligado à transformação da matriz energética em direção à descarbonização por meio da ampliação do uso de energias renováveis. É necessário apresentar um quadro comparativo que mostre que, em nível global, os combustíveis fósseis são a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa; e que, em contraste, o Brasil está na vanguarda da transição energética, apresentando uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo (com 87% da energia elétrica proveniente de fontes limpas e renováveis) e com investimentos em geração de energia solar, eólica, biomassa, etanol e biodiesel, além de possuir grande potencial para a produção de hidrogênio verde.

Espera-se argumentação coerente e consistente sobre a noção de “transição justa”, que se relaciona à ideia de que a transformação para uma economia de baixo carbono deve considerar tanto ganhadores quanto perdedores no processo; trazer benefícios a diversos segmentos da sociedade, levar em conta desigualdades sociais pré-existentes e minimizar os impactos econômicos e sociais das mudanças climáticas (especialmente em relação a comunidades que, historicamente, contribuíram menos para as emissões de carbono, mas que sofrem desproporcionalmente os efeitos da mudança do clima). É preciso recordar que, a seis anos do prazo estabelecido para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (incluindo o ODS 13 “Ação contra a mudança global do clima”, o ODS 7 “Energia limpa e acessível”, o ODS 11 “Cidades e comunidades sustentáveis” e o ODS 12 “Consumo e produção responsáveis”), estima-se que, no ritmo atual de implementação, menos de 20% das metas da Agenda 2030 serão atingidas. Nesse contexto, o Brasil propõe que se realize até a COP30 um “balanço ético global” para pensar a ação climática também sob o prisma da justiça, da equidade e da solidariedade.

## Referências

Bodansky, Daniel. ‘The UN Climate Change Regime Thirty Years on: A Retrospective and Assessment’. 1 Jan. 2023 : 19 – 33 (disponível em <https://content.iospress.com/articles/environmental-policy-and-law/epl219047>, acesso em 29/09/2024).

Brasil. **Notícia oficial** “Governos celebra resultados da COP28 nos Emirados Árabes”. 13/12/2023. Internet: <[www.agenciagov.ebc.com.br](http://www.agenciagov.ebc.com.br)>.

Brasil. **Notícia oficial** “Sonia Guajajara assume chefia da Delegação do Brasil na COP 28, e celebra o protagonismo indígena no debate climático”. 03/12/2023. Internet: <<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/sonia-guajajara-assume-chefia-da-delegacao-do-brasil-na-cop-28-e-celebra-o-protagonismo-indigena-no-debate-climatico>>.

Brasil. **Notícia oficial** “Marina destaca responsabilidade de países do G20 liderarem combate à mudança do clima”. 03/10/2024. Internet: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/marina-destaca-responsabilidade-de-paises-do-g20-liderarem-resposta-a-mudanca-do-clima>>.

Brasil. **Notícia oficial** “Ministros de Meio Ambiente e Clima do G20 aprovam declaração do GT de Sustentabilidade Ambiental e Climática”. 03/10/2024. Internet: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/ministros-de-meio-ambiente-e-clima-do-g20-aprovam-declaracao-do-gt-de-sustentabilidade-ambiental-e-climatica>>.

Brasil. **Discurso do Presidente Lula na abertura da Cúpula do Futuro**. 22/09/2024. Internet: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-do-futuro-em-nova-york>>.

Brasil. **O Brasil no enfrentamento à mudança do clima**. Internet: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima>>.

CLOSS, Marília. Transformação da ordem global, turbulência geopolítica e as mudanças do clima: desafios e possibilidades para a política externa brasileira. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024.

CLOSS, Marília. Transição justa, soberana e equitativa: formulação de um conceito para orientar a política externa brasileira. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024.

FOLLY, Maiara. Reflexões finais: política externa brasileira e a tríade clima, desenvolvimento e democracia. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024.

FOLLY, Maiara; PORTO, Viviana. Cooperação pan-amazônica: o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Brasil. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024.

IPCC. **AR6 Synthesis Report: Climate Change 2023**. Internet: < [www.ipcc.ch](http://www.ipcc.ch)>.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo** – O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2006.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Apresentação. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Política externa brasileira: da Rio-92 à COP30. In: Folly; Closs; Gonzales (Org.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 2

Aplicação: 19/10/2024

### PADRÃO DE RESPOSTA

1. Ao abordar o primeiro aspecto, o(a) candidato(a) deve referir-se ao fato de que a Primeira Guerra Mundial era vista à época como o conflito de grandes dimensões que acabaria com todas as guerras, propósito que se mostrou um fracasso, pois duas décadas depois, explodiu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com magnitude ainda maior, inclusive por envolver outras regiões do planeta.

2. Na Conferência da Paz em 1919, em Paris, o presidente americano Woodrow Wilson apresentou seu plano “14 Pontos”, que pretendia estabelecer uma nova forma de relacionamento entre os Estados em busca da paz e da estabilidade internacionais, sem revanchismo e assegurando a liberdade de navegação e comércio, a autodeterminação dos povos, o fim da diplomacia secreta e a integridade territorial tanto aos grandes quanto aos pequenos Estados. Era o auge do idealismo.

3. O mais ambicioso projeto nesse sentido foi a Liga das Nações, que jamais cumpriu seus objetivos, essencialmente marcados por um idealismo que, na prática, imaginava ser possível construir uma paz duradoura sem considerar o peso das grandes potências e seus interesses geopolíticos e econômicos.

4. Já a ONU, criada no imediato pós-Segunda Guerra Mundial (1945), assenta-se numa visão realista das relações internacionais num mundo já claramente marcado pela bipolaridade americano-soviética.

5, 6 e 7. Assim, enquanto na Assembleia Geral, sem o poder de impor suas deliberações, há absoluta igualdade entre os Estados membros, no Conselho de Segurança da ONU, 10 membros são temporários e 5 são permanentes (devem ser citados os países que compõem “os cinco grandes”), justamente os vitoriosos da guerra, que monopolizam o direito de veto.

8. A ONU desempenha ainda importante papel para o enfrentamento de questões sociais, econômicas e ambientais por meio de agências especializadas, entre as quais podem ser citadas FAO, Unicef, Unesco, Pnud.

9. No que se refere aos processos contemporâneos das relações internacionais, espera-se que o(a) candidato(a) aponte os processos, independentemente de sua origem, que se reforçam reciprocamente nas relações internacionais contemporâneas: despolarização, dissociação hegemônica, transnacionalização, descontentamento e vulnerabilidade do Estado.

10. Por fim, no que se refere aos agentes atuais envolvidos na cena internacional, o(a) candidato(a) deve mencionar os novos atores, fruto da descolonização e da desintegração da URSS, e as entidades paraestatais de poder: o crime organizado internacional, alguns tipos de movimentos guerrilheiros e terroristas, movimentos étnico-nacionalistas e organizações não governamentais (ONG) que atuam em diversas frentes em perspectiva global.

#### Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria**. Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

ARRAES, Virgílio; GEHRE, Tiago. **Introdução ao estudo das relações internacionais**. São Paulo, Saraiva, 2013.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais: Teorias e Agendas**. Brasília, IBRE, 2002.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

### Prova Escrita de Política Internacional – Questão 3

Aplicação: 19/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o(a) candidato(a) redija sua resposta considerando os aspectos a seguir.

Na primeira parte, espera-se argumentação coerente e consistente sobre a Amazônia Azul como termo que transcende sentido geográfico e se configura como um conceito político-estratégico voltado para a consolidação da posição e relevância do Brasil no Atlântico Sul. Esse conceito enfatiza os interesses estratégicos brasileiros e as dinâmicas de poder presentes nessa região, abrangendo aspectos como a soberania e o controle sobre os recursos naturais, a exploração sustentável das riquezas biológicas e minerais — com destaque para o pré-sal —, a proteção de cabos submarinos e rotas de navegação essenciais para o comércio e suprimento do país, além da necessidade de defesa contra ameaças, como pirataria, pesca ilegal, poluição e interesses estatais concorrentes. O(a) candidato(a) deverá mencionar que, em 2004, o Brasil submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU uma proposta para o limite exterior da plataforma continental brasileira para extensão além das 200 milhas, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 1982. Os textos motivadores oferecem pistas relevantes, cabendo ao candidato explorar e desenvolver os argumentos.

Na segunda parte da resposta, o(a) candidato(a) deverá ressaltar a importância estratégica do Atlântico Sul, que integra o “entorno estratégico” brasileiro, conforme delineado na Política Nacional de Defesa (PND), e também constitui elo entre duas regiões prioritárias para a política externa brasileira: a América do Sul e o continente africano. Deverá mencionar, em particular, o apoio do Brasil aos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, posição diplomática que se inscreve na visão de América do Sul, como região de paz e cooperação. Além disso, deverá abordar a relação entre a manutenção da paz e da estabilidade no Atlântico Sul e os interesses estratégicos do Brasil, especialmente à luz de um quadro mais amplo de competição geopolítica e litígios territoriais e marítimos em outras regiões, como o Mar do Sul da China e o Mar do Japão. Nesse sentido, deverá apresentar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como um instrumento importante para a política externa e de defesa do Brasil. Espera-se que o(a) candidato(a) mencione o histórico papel de liderança do Brasil, que não apenas propôs o projeto de resolução na ONU que estabeleceu a ZOPACAS em 1986, mas também sediou reuniões ministeriais desse mecanismo, com uma nova edição prevista para 2026. Também deverá explicar as funções mais relevantes da ZOPACAS sob a perspectiva brasileira, incluindo seu papel como fórum de concertação para a defesa do Atlântico Sul, a cooperação em diversas áreas como pesquisa, transporte e meio ambiente, além de servir como meio de aproximação com países da costa ocidental da África, uma vez que a ZOPACAS é composta por 24 países sul-americanos e africanos.

Ainda na segunda parte, espera-se que o(a) candidato(a) aponte, como outra importante iniciativa diplomática e de defesa brasileira para o Atlântico Sul, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB). Iniciado em 2008, esse programa é resultado de uma parceria estratégica com a França e representa um dos principais projetos de cooperação em defesa do Brasil. O PROSUB prevê a construção de quatro submarinos convencionais e um submarino com propulsão nuclear, além de uma base naval e um estaleiro no Rio de Janeiro. Responde à avaliação e interesses estratégicos de promover a indústria naval e outros setores da indústria nacional, fortalecer a base industrial de defesa brasileira e impulsionar o desenvolvimento tecnológico, de modo que o Brasil alcance autonomia na concepção, construção e manutenção de submarinos convencionais e com propulsão nuclear. O(a) candidato(a) deverá mencionar que a propulsão nuclear, a ser totalmente desenvolvida pelo programa nuclear da Marinha, oferece vantagens significativas para assegurar a soberania nas águas jurisdicionais brasileiras. O tema também suscita maiores atenções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para que ela realize inspeções mais rigorosas ao programa nuclear brasileiro, destinado exclusivamente a usos pacíficos.

O(a) candidato(a) deverá abordar, por fim, os esforços diplomáticos brasileiros voltados à busca de desenvolvimento sustentável, cooperação e repartição de recursos naturais que estão além das jurisdições nacionais dos Estados, citando ao menos um exemplo concreto: como assinatura do acordo sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ), em setembro de 2023; anúncio do apoio brasileiro à pausa preventiva na mineração em fundos marinhos internacionais, em julho de 2023; e a recente eleição de oceanógrafa brasileira como Secretária-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), que gerencia a exploração dos recursos minerais no fundo marinho em áreas internacionais.

## Referências

Abdenur, A. E. ; SOUZA, M. de. **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul.** In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n.º 1, 2013, p. 05–21.

ANDRADE, I. O. *et al.* **O programa de desenvolvimento de submarinos como programa de Estado** (Nota técnica n.º 45). Ipea, Brasília, 2019.

ANDRADE, I. O. *et al.* **Submarino nuclear brasileiro: defesa nacional e externalidades tecnológicas** (Texto para Discussão, n.º 2.428), Ipea, Brasília, 2018.

Brasil. **Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)**. Marinha do Brasil. Internet: <[www.marinha.mil.br](http://www.marinha.mil.br)>.

Brasil. Nota à imprensa sobre “**Assinatura do acordo sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional**” (BBNJ) (21/09/2023). Ministério das Relações Exteriores. Internet: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/assinatura-do-acordo-sobre-conservacao-e-uso-sustentavel-da-biodiversidade-marinha-em-areas-alem-da-jurisdicao-nacional-bbnj](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/assinatura-do-acordo-sobre-conservacao-e-uso-sustentavel-da-biodiversidade-marinha-em-areas-alem-da-jurisdicao-nacional-bbnj)>.

Brasil. Nota à imprensa sobre “**Eleição da oceanógrafa brasileira Letícia Carvalho ao cargo de Secretária-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos**” (02/08/2024). Ministério das Relações Exteriores. Internet: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicao-da-oceanografa-brasileira-leticia-carvalho-ao-cargo-de-secretaria-geral-da-autoridade-internacional-dos-fundos-marinhos](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicao-da-oceanografa-brasileira-leticia-carvalho-ao-cargo-de-secretaria-geral-da-autoridade-internacional-dos-fundos-marinhos)>.

Brasil. Nota à imprensa sobre “**Apoio do Brasil aos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul**” (03/01/2024). Ministério das Relações Exteriores. Internet: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/apoio-do-brasil-aos-direitos-da-argentina-na-disputa-de-soberania-com-o-reino-unido-sobre-as-ilhas-malvinas-georgias-do-sul-e-sandwich-do-sul](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/apoio-do-brasil-aos-direitos-da-argentina-na-disputa-de-soberania-com-o-reino-unido-sobre-as-ilhas-malvinas-georgias-do-sul-e-sandwich-do-sul)>.

Brasil. Nota à imprensa sobre “**O Brasil na ZOPACAS**” (09/02/2024). Ministério das Relações Exteriores. Internet: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/sites-antigos-retirados-do-ar/zopacas/o-brasil-na-zopacas>>.

BUSTANI, José Maurício. **Prefácio.** In: **Indústria de defesa e desenvolvimento estratégico: estudo comparado França-Brasil.** FUNAG, Brasília, 2015.

COSTA, M. G. da. **Brasil e ZOPACAS: A manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul.** Anais do Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos. Porto Alegre, 2013.

JÚNIOR, Alsina; SOARES, João Paulo. **Relações internacionais, poder militar e estados periféricos: um estudo sobre a instrumentalidade da força armada para a condução da política externa brasileira contemporânea.** Instituto Rio Branco, LIII Curso de Altos Estudos. Brasília, 2008.

MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. **A plataforma continental brasileira e o direito do mar: considerações para uma ação política,** Brasília: FUNAG, 2015.

MEDEIROS, J. L. M. **Amazônia Azul e a geopolítica brasileira: A Marinha do Brasil na defesa da Amazônia Azul.** Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

MELO, Regiane de. **Indústria de defesa e desenvolvimento estratégico: estudo comparado França-Brasil.** FUNAG, Brasília, 2015.

VALENÇA, Marcelo; AFFONSO. Luiza. **A ZOPACAS e sua relação com a política externa brasileira: promessas, turbulências e oportunidades no novo governo Lula da Silva.** Internet: <[www.kas.de](http://www.kas.de)>.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 4

Aplicação: 19/10/2024

### PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o(a) candidato(a):

1. situe o governo Dutra no contexto da Guerra Fria, cuja bipolaridade entre capitalismo (EUA) e comunismo (URSS) marcou as relações internacionais por, no mínimo, três décadas. Sob Dutra, o Brasil desenvolveu o “espírito da Guerra Fria”: alinhamento com Washington, ilegalidade do Partido Comunista e rompimento de relações com a URSS;
2. explicita a criação da PETROBRAS como símbolo do nacionalismo desenvolvimentista;
3. mencione o esforço de JK para avançar a modernização econômica do país, especialmente no que concerne à infraestrutura (energia, rodovias, indústria automobilística, Brasília, entre outras áreas);
4. mencione o desinteresse americano na OPA e a crítica severa de JK ao FMI (rompimento), inclusive pela TV;
5. mencione quem foram os governos da primeira metade da década de 1960 do século XX, no contexto de crise terminal do regime da Constituição Federal de 1946 (suicídio de Vargas, contestação da vitória eleitoral de JK, renúncia de Jânio, crise violenta para a posse de Jango, adoção de um parlamentarismo de ocasião, criação da PEI), que, ao lado do tema da reforma agrária, serviram de combustível para a ruptura institucional de 1964;
6. mencione um dos raros momentos em que o tema das relações exteriores assumiu o primeiro plano na República, com intensa manifestação popular, quando a Guerra Fria convulsionava a América, a partir da Revolução Cubana e de sua opção pelo comunismo;
7. demonstre seu entendimento de que, como fruto do espírito da Guerra Fria, o regime se valeu do anticomunismo para agregar apoios (militares, empresários, setores da Igreja Católica, imprensa) e derrubar o governo reformista de Goulart;
8. demonstre seu entendimento em relação ao fato de que é na economia, jamais na política, que se pode observar alguma semelhança entre os dois períodos; em ambos, busca-se a modernização econômica do país, tendo o regime militar adotado a via autoritária (ditatorial) para tentar produzir um país-potência (“Brasil grande”, “Ninguém segura esse país” e “milagre econômico”);
9. mencione que o governo Geisel, diferentemente dos governos militares que o antecederam, promoveu uma guinada na condução de sua política externa, sem se afastar do Ocidente, procurou parcerias com fortes economias mundiais, como França, Japão e, muito especialmente, a Alemanha, com a qual assinou o Acordo Nuclear, razão de forte descontentamento dos EUA e dos setores mais duros dos militares brasileiros; período de abertura para o mundo, acima de divergências ideológicas, foi pioneiro no reconhecimento da independência de colônias portuguesas na África;
10. mencione a crise econômica, comum a países latino-americanos, que inflacionou o país e levou sua dívida externa a níveis insuportáveis; o fato de ter sido, na política externa, um fiador da criação do MERCOSUL; a Constituição Federal de 1988, que consagrou princípios históricos da diplomacia, ampliando-os em face das novas circunstâncias históricas.

#### Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O estudo das relações internacionais do Brasil**. Brasília, LGE Editora, 2006.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2017.



# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Língua Espanhola – Resumo

Aplicação: 20/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

En una entrevista con Fernanda Melchor, la escritora mexicana reflexiona sobre Temporada de huracanes, una novela que surgió fruto de la necesidad que tenía la autora de procesar la violencia en Veracruz, pero que se puede hacer extensiva a todo México. La escritura, para Melchor, es un proceso visceral y una de las principales innovaciones de esa novela radica en la voz narrativa presentada, un vértigo verbal que, de acuerdo con la autora, también logra plasmar en su adaptación audiovisual la directora Elisa Miller. Este logro unido al talento del grupo de actores y actrices a la hora de darle vida a los personajes son los principales paralelismos existentes entre ambas obras, la literaria y la filmica.

No obstante, no se trata de un hecho aislado en la carrera literaria de la autora mexicana, puesto que es miso proceso de creación presente en esta obra tuvo continuidad en su siguiente novela. Al ser cuestionada sobre cómo se desarrolló la labor de construcción de Tiempo de huracanes y Páradais, Melchor hace hincapié en las diferentes formas de abordar la violencia: mientras que la primera obra se centra en el lado sombrío del alma humana y en situaciones que llevan a la violencia, la segunda analiza cómo esta violencia puede ser fruto de la inmadurez y del egoísmo.

En lo referente al papel que desempeña la literatura, Melchor considera que la ficción tiene un impacto limitado en los cambios sociales y rechaza la idea de incluir mensajes políticos en sus obras, ya que comparte la idea de que el arte no debería tener un fin doctrinal. Sin embargo, la escritora confía en el valor transgresor de la literatura, en su osadía a la hora de desafiar las normas, sin una excesiva preocupación por el éxito comercial y la aprobación pública. Finalmente, la escritora mexicana manifiesta cierto grado de preocupación por la decisión de huir de los riesgos emocionales y estilísticos que se vislumbran en gran parte de la nueva generación de autores mexicanos, que priorizan el reconocimiento inmediato a un desarrollo maduro de su obra.



# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Língua Espanhola – Versão

Aplicação: 20/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

### Introducción

El objetivo de esta investigación es centrarse en el uso constante, en algunas obras rosianas, de los verbos «ver» y «mirar», así como en la referencia a los ojos de los personajes, lo que nos parece revelar la importancia que tiene el autor de crear personajes con una gran necesidad de capturar el mundo y hacer descubrimientos, especialmente, desde el sentido de la vista/visión.

Nuestras lecturas nos dieron/aportaron un nuevo sentido a la visión y nos hicieron darnos cuenta de que ante la renovada forma de mirar el mundo y el asombro banal que es la vida, también el hombre se resignifica a sí mismo ante la realidad. Nos pareció que la nueva capacidad de mirar y ver el mundo permite/hace posible crear un nuevo sentido/significado para la propia vida que recomienza y se rehace cada día para/ante los ojos capaces de percibir su constante novedad.

Volvemos detenidamente a la lectura de la mirada para comprender/entender a Riobaldo. Sin embargo, otras narraciones presentaron significados relevantes, en las que siempre encontramos personajes que, así como/al igual que el narrador de *Gran sertón: veredas*, están dotados de una mirada inquisitiva, investigativa, especulativa e introspectiva, que se deleitan ante la sencillez que la vida presenta renovada ante sus ojos. Esta mirada que investigamos y queremos demostrar es una mirada simple, siempre virgen y aprendiz, que se rehace por las renovaciones de la naturaleza y de la vida y que, por ello, son capaces de volar alto/alzar altos vuelos, pero también de ver cosas pequeñas y pequeñas cosas de la vida que se cruzan en su camino/atraviesan sus trayectos para (re)aprender a diario a (re)vivir sus vidas inventadas.

A través de/Con nuestras investigaciones pretendemos demostrar que el elemento de la mirada no lo eligió de forma desmotivada o irracional el autor. Por ese motivo buscamos

Comprender/entender la importancia de ese elemento dentro del proyecto estético de Rosa como capaz de revalorizar su contenido profundo de conocimiento interno de los seres y de conexión de los seres con el mundo y la naturaleza.

Los personajes rosianos son seres genuinos, autónomos y reflexivos y la construcción de la obra rosiana le permite al hombre/ser humano constituirse como ser y reflexionar sobre su acto de desarrollo. Así se encuentran sus principales personajes: en busca de liberarse de la automatización de los hombres lógicos y encerrados en sus preocupaciones prácticas, materiales –y por lo tanto/ello, incapaces de percibir la poesía en el mundo y en la vida–.

Y a esta premisa también corresponde la nueva concepción de lo que representa para el texto rosario el acto de ver y la percepción visual, así como la construcción de los rasgos de sus personajes a partir de sus ojos y de su forma de mirar y ver el mundo.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Língua Francesa – Resumo

Aplicação: 20/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

### Les espoirs déçus

La fin de la guerre froide et la victoire des États-Unis contre l'armée irakienne, qui était alors la quatrième puissance militaire du monde, ont suscité l'espoir de avènement d'un « nouvel ordre mondial », selon les mots de George H. Bush, en mars 1991. La communauté internationale a cru en un monde sans guerre et sans dictature, où des valeurs communes seraient partagées par tous et les puissants viendraient en aide aux plus défavorisés. Trente ans plus tard, ces croyances ont été démenties et sont considérées aujourd'hui comme étant une « utopie libérale » absurde. Mais il est important d'essayer de comprendre les raisons de cet échec. L'Occident a ignoré les différences économiques, sociales, politiques et stratégiques entre les différents pays, ainsi que la complexité d'inclure toutes les civilisations dans l'analyse qui visait à établir de bonnes bases pour l'après-guerre froide. La crainte de voir ressurgir les conflits le poussait à fermer les yeux sur les divergences de points de vue qui masquaient pourtant des dissensions donnant naissances à de profondes crises. En effet, tout est remis en question : les régimes politiques, les systèmes économiques et sociaux, les valeurs et les repères identitaires, ainsi que l'hégémonie des États-Unis. Deux visions s'opposent : celle de l'Occident, qui ne peut se résoudre à abandonner son sentiment de supériorité, et celle de multiples voix émergentes en quête de justice ou de revanche. Cependant, les crises contemporaines ne sont pas dues à une nouvelle bipolarité, ni à un désordre mondial qui mènerait à la perte d'influence de ces grandes puissances, mais à l'opposition de systèmes-monde dont les conceptions du pouvoir et de son exercice divergent profondément.

### Aspectos considerados na avaliação:

- Levantamento das ideias principais contidas no texto.
- Reformulação das ideias contidas no texto a partir de estruturas e de um léxico diferentes daqueles que foram usados no texto.
- Organização do discurso de maneira lógica por uma utilização correta de articuladores lógico-sintáticos e de procedimentos de coesão textual (anáfora).
- Correção linguística sem erros sintáticos nem morfossintáticos que podem levar a ambiguidades.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Língua Francesa – Versão

Aplicação: 20/10/2024

## PADRÃO DE RESPOSTA

A versão pode ter algumas variantes tradutórias (sinonímias, hiperonímias e parasonímias), mas de forma alguma erros de tradução como contrassensos ou nonsensos.

Le thème proposé pour le débat nous interpelle à réfléchir, d'emblée, sur deux questions polémiques qui préoccupent aujourd'hui les communautés scientifiques, à savoir : le problème de l'interdisciplinarité et la question de l'environnement.

Le grand développement des différentes sciences particulières au cours de ce siècle a contribué à de grands progrès scientifiques et technologiques, mais a également conduit à une extrême spécialisation du savoir, dont la conséquence est souvent la compromission même de la compréhension du monde. La possibilité que les savoirs anciens succombent aux nouveaux savoirs fait que les prisonniers d'une vision immobiliste courent le risque de se retrouver à la dérive face à la tâche d'interprétation du présent.

La dite crise environnementale à laquelle nous assistons aujourd'hui souffre de cette situation et doit susciter une révision des théories et des pratiques des différentes disciplines puisqu'elle exige une analyse compréhensible et totalisante, une analyse dans laquelle les personnes, venant d'horizons différents et qui travaillent avec la réalité présente, ajustent leur pas à travers le monde, au moyen d'un légitime travail interdisciplinaire. [...].

Comment soutenir une épistémologie de la question environnementale qui contribue à cette approche interdisciplinaire ? Les conflits entretenus depuis le siècle dernier et l'isolement des disciplines qui en résulte ont perdu leur sens en raison de la complexité d'aujourd'hui. Pour parvenir à une interdisciplinarité valable, nous devons partir de métadisciplines, ce qui nous oblige à nous pencher sur l'histoire contemporaine. Sinon, on se retrouverait avec une interdisciplinarité boiteuse, fondée sur une volonté de spécialité extrême, avec tous les dangers de l'analogie mécanique.

Ne pas prendre en compte la multiplicité des prismes à travers lesquels une même réalité se présente à nos yeux peut conduire à la construction théorique d'une totalité aveugle et confuse. Cependant, la nécessité de partir de métadisciplines conduisant à une vision systématique de la totalité n'exclut pas les spécialisations, car celles-ci restent nécessaires. Par conséquent, une exigence également essentielle est de bien préciser l'objet d'étude. On comprend qu'un objet d'étude suppose une vision du réel, qui dénote un système de pensée : à partir du même objet les visions peuvent être différentes. C'est toute la question de l'objectivité de l'objet et de l'objectivité du sujet qui sont toujours remises en question.

Les données du problème ne sont pas données *a priori* lorsqu'il s'agit de définir l'interdisciplinarité. Il ne faut pas non plus oublier que pour chaque époque et chaque objet il existe une interdisciplinarité. Cette question n'est pas abstraite, car ce ne sont pas exactement les disciplines qui sont en jeu, mais des aspects de la réalité totale, à savoir que le processus historique change la signification de l'objet et que la vérité nécessaire change également avec le temps. Ceci est inévitable, conduisant même à des changements dans la liste des disciplines ou des savoirs concernés.

L'évolution historique aboutit à des savoirs nouveaux, des savoirs renouvelés ou en voie de transformation et dont la définition est donc difficile. La reconnaissance de cette évolution historique est essentielle. Il est toujours imprudent de travailler uniquement avec le présent et uniquement à partir de lui. Il est plus approprié de chercher à comprendre son processus de formation. Lorsque nous nous contentons du présent et que nous partons de lui, nous courons le risque d'établir une chaîne causale inappropriée qui peut orienter le raisonnement dans une direction indésirable. Il est également problématique de partir d'une volonté de planification dont les prémisses influenceront également l'enchaînement des faits et des idées.

D'où notre proposition de revoir la construction historique elle-même de l'objet, afin d'en reconnaître les éléments formateurs, évalués non pas isolément, mais en fonction du contexte respectif. Pour cela, nous pensons qu'une approche basée sur le phénomène technique est la plus appropriée, puisque la nature et l'espace se redéfinissent à partir de l'évolution technique, dont la périodisation peut servir de base pour reconnaître une périodisation dans l'histoire territoriale, jusqu'à atteindre la phase actuelle, dans laquelle la problématique environnementale s'impose.